

# **AES Tietê Energia S.A.**

**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**Demonstrações contábeis**

**31 de dezembro de 2015  
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as  
demonstrações contábeis**

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2015 e 2014

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis .....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balancos patrimoniais .....	3
Demonstrações dos resultados .....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	8
Demonstrações do valor adicionado .....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	10

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

**AES Tietê Energia S/A (anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia S/A)**

Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da AES Tietê Energia S/A (“Companhia”), anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia S/A, que compreendem o balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da AES Tietê Energia S/A, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

## **Outros assuntos**

### **Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Demonstrações contábeis de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente**

O exame das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas originalmente antes das reclassificações descritas na nota explicativa 1.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 09 de fevereiro de 2015. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, examinamos também as reclassificações efetuadas nas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado descritas na Nota 1.1, que alteraram estas demonstrações de 2014 originalmente apresentadas. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre tais demonstrações, tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Marcos Antonio Quintanilha  
Contador CRC-1SP132776/O

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais – R\$)**

	Notas	Controladora		Consolidado
		2015	2014	2014
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	558	66	217.634
Investimentos de curto prazo	5	746.210	308.241	1.607.000
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	6	27.697	-	1.762.878
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7.1	22.515	25.283	62.809
Outros tributos compensáveis	7.2	113.731	-	176.680
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		-	2.699	-
Devedores diversos		522	-	2.774
Contas a receber - acordos		-	-	99.911
Contas a receber de partes relacionadas	28	271.814	-	-
Previdência privada - Ativo de benefício definido	18	207	-	-
Outros créditos	10	1.540	437	259.476
Almoarifado		-	-	62.776
Despesas pagas antecipadamente		587	85	31.134
Ativo financeiro setorial, líquido		-	-	140.940
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.185.381</b>	<b>336.811</b>	<b>4.424.012</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	6	13.075	-	33.121
Outros tributos compensáveis	7.2	789	-	42.084
Tributos e contribuições sociais diferidos	8	-	45.174	549.326
Tributos a recuperar	9	179.860	-	79.852
Cauções e depósitos vinculados	19	37.008	31.944	500.063
Contas a receber - acordos		-	-	19.900
Outros créditos	10	43	210	142.797
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos		-	-	(61.175)
Ativo financeiro da concessão		-	-	1.980.753
Ativo financeiro setorial, líquido		-	-	129.566
Investimento	11	-	2.377.887	8.769
Imobilizado, líquido	12	3.145.358	-	3.537.703
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos		-	-	(376.114)
Intangível	13	75.265	931.161	6.663.157
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.451.398</b>	<b>3.386.376</b>	<b>13.249.802</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.636.779</b>	<b>3.723.187</b>	<b>17.673.814</b>

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais – R\$)**

	Notas	Controladora		Consolidado
		2015	2014	2014
<b><u>PASSIVO</u></b>				
<b><u>CIRCULANTE</u></b>				
Fornecedores	14	352.076	227	1.752.879
Empréstimos e financiamentos		-	-	569.407
Debêntures	16	160.283	-	845.320
Arrendamento financeiro	16	314	-	3.661
Subvenções governamentais		-	-	2.478
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15.1	300.700	-	162.424
Outros tributos a pagar	15.2	11.868	35	561.826
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		36.828	-	6.167
Obrigações estimadas	17	18.310	-	108.447
Obrigações sociais e trabalhistas		1.126	-	2.687
Encargos tarifários e do consumidor a recolher		-	-	60.252
Provisões para processos judiciais e outros	19	14.090	-	184.273
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	10.014	-	49.005
Outras obrigações		10.324	-	240.092
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>915.933</b>	<b>262</b>	<b>4.548.918</b>
<b><u>PASSIVO</u></b>				
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>				
Contas a pagar por compra de energia - CCEE		-	-	70.887
Empréstimos e financiamentos		-	-	457.364
Debêntures	16	1.230.570	-	2.810.245
Arrendamento financeiro	16	491	-	9.933
Subvenções governamentais		-	-	10.535
Tributos e contribuições sociais diferidos	8	381.111	-	511.597
Obrigações com entidade de previdência privada	18	-	-	2.818.793
Provisões para processos judiciais e outros	19	76.823	31.517	402.499
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	9.591	-	27.025
Contas a pagar a partes relacionadas	28	-	9.228	9.010
Obrigações estimadas	17	236	-	929
Reserva de reversão		-	-	66.085
Outras obrigações		3.558	-	27.119
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.702.380</b>	<b>40.745</b>	<b>7.222.021</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>				
Capital social subscrito e integralizado	21.1	262.018	2.960.708	2.960.708
Reserva de capital	21.2	352.553	-	-
Reservas de lucros	21.2	480.788	332.958	332.958
- Legal	21.2	52.404	214.512	214.512
- Estatutária	21.2	-	118.446	118.446
- Proposta de distribuição de dividendos adicionais	21.2	428.384	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	21.2	920.607	743.601	743.601
Outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)	21.2	2.500	(355.087)	(355.087)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.018.466</b>	<b>3.682.180</b>	<b>3.682.180</b>
Participação de acionistas não controladores		-	-	2.220.695
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.018.466</b>	<b>3.682.180</b>	<b>5.902.875</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.636.779</b>	<b>3.723.187</b>	<b>17.673.814</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
**31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)**

OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
			Reclassificado		Reclassificado
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>24</b>	-	-	<b>2.625.821</b>	<b>3.205.007</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
<b>Custo com Energia Elétrica</b>					
Energia elétrica comprada para revenda	24	-	-	(852.506)	(1.946.683)
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	24	-	-	(114.879)	(98.427)
Taxa de fiscalização		-	-	(6.155)	(5.004)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		-	-	(44.600)	(41.085)
<b>Custo de Operação</b>					
Pessoal e administradores		-	-	(82.181)	(75.351)
Entidade de previdência privada		-	-	(2.577)	(2.651)
Serviços de terceiros		(11.940)	(3.628)	(91.833)	(89.695)
Material		-	(19)	(6.693)	(5.510)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		-	-	(1.654)	(489)
Provisão para redução ao provável valor de recuperação dos ativos		-	-	(3.000)	-
Depreciação e amortização		-	-	(169.564)	(167.515)
Outras receitas e custos	25	(821)	(284)	(30.556)	(26.157)
<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>		<b>(12.761)</b>	<b>(3.931)</b>	<b>(1.406.198)</b>	<b>(2.458.567)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)</b>		<b>(12.761)</b>	<b>(3.931)</b>	<b>1.219.623</b>	<b>746.440</b>
Resultado de equivalência patrimonial		379.265	227.899	-	-
Amortização de intangível de concessão		(56.105)	(60.289)	(56.105)	(60.289)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Receitas financeiras	26	43.728	28.833	100.976	71.839
Despesas financeiras	26	(2.818)	(2.298)	(192.010)	(127.622)
Variações cambiais, líquidas	26	-	-	(16.557)	(3.152)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>40.910</b>	<b>26.535</b>	<b>(107.591)</b>	<b>(58.935)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>351.309</b>	<b>190.214</b>	<b>1.055.927</b>	<b>627.216</b>
Contribuição social	8 e 27	-	-	(105.990)	(67.516)
Imposto de renda	8 e 27	-	-	(281.993)	(177.736)
Contribuição social diferida	8 e 27	10.784	2.103	18.289	8.253
Imposto de renda diferido	8 e 27	31.983	5.840	52.525	22.527
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS</b>		<b>42.767</b>	<b>7.943</b>	<b>(317.169)</b>	<b>(214.472)</b>
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>		<b>394.076</b>	<b>198.157</b>	<b>738.758</b>	<b>412.744</b>
<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>					
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	1.1	30.579	(85.140)	95.630	(171.846)
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	1.1	(31.072)	(31.072)	(31.072)	(31.072)
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>		<b>(493)</b>	<b>(116.212)</b>	<b>64.558</b>	<b>(202.918)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>393.583</b>	<b>81.945</b>	<b>803.316</b>	<b>209.826</b>
<b>Atribuído a acionistas da empresa controladora</b>		<b>393.583</b>	<b>81.945</b>	<b>393.583</b>	<b>81.945</b>
<b>Atribuído a acionistas não controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>409.733</b>	<b>127.881</b>
<b>Lucro por ação básico e diluído</b>					
<b>Por ação Ordinária</b>	<b>23</b>	<b>0,39293</b>	<b>0,08181</b>	<b>0,39293</b>	<b>0,08181</b>
<b>Por ação Preferencial</b>	<b>23</b>	<b>0,39293</b>	<b>0,08181</b>	<b>0,39293</b>	<b>0,08181</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais – R\$)**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>393.583</b>	<b>81.945</b>	<b>803.316</b>	<b>209.826</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
Efeito reflexo de cálculo atuarial da controlada AES Tietê, líquido de impostos	142	228	270	435
Efeito reflexo de cálculo atuarial das controladas Eletropaulo e Elpa, líquido de impostos	72.489	(47.815)	207.870	(137.118)
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>466.214</b>	<b>34.358</b>	<b>1.011.456</b>	<b>73.143</b>
Atribuído a acionistas da empresa controladora			466.214	34.358
Atribuído a acionistas não controladores			545.242	38.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais – R\$)**

Descrição	Notas	Reserva de capital			Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial / Outros resultados abrangentes		Lucros Acumulados	Subtotal	Participação de não Controladores Subtotal	Total do Patrimônio Líquido	
		Capital social	Ágio na incorporação	Remuneração de bens e direitos	Opções de ações outorgadas	Legal	Estatutária	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Ajustes de avaliação patrimonial					Outros resultados abrangentes
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>2.960.708</b>	-	-	-	<b>207.763</b>	<b>211.160</b>	<b>80.000</b>	<b>796.638</b>	<b>(307.500)</b>	-	<b>3.948.769</b>	<b>2.589.572</b>	<b>6.538.341</b>
<b>Resultado abrangente total:</b>														
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	81.945	81.945	127.881	209.826	
Efeito reflexo de cálculo atuarial - controlada Tietê		-	-	-	-	-	-	-	228	-	228	207	435	
Efeito reflexo de cálculo atuarial - controladas Eletropaulo e Elpa		-	-	-	-	-	-	-	(47.815)	-	(47.815)	(89.303)	(137.118)	
<b>Transações com os acionistas:</b>														
Remuneração com base em ações das controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.082	1.082	
Dividendos aprovados em AGO de 25.04.2014		-	-	-	-	-	(80.000)	-	-	-	(80.000)	-	(80.000)	
Dividendos intermediários aprovados em RCA de 06.08.2014 e de 05.11.2014		-	-	-	-	(122.000)	-	-	-	(102.842)	(224.842)	-	(224.842)	
Dividendos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(413.149)	(413.149)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas de controladas - prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	3.895	3.895	4.405	8.300	
<b>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</b>														
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	(80.358)	-	80.358	-	-	-	
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	27.321	-	(27.321)	-	-	-	
Constituição de reserva legal	22	-	-	-	-	6.749	-	-	-	(6.749)	-	-	-	
Constituição de reserva estatutária	22	-	-	-	-	29.286	-	-	-	(29.286)	-	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>2.960.708</b>	-	-	-	<b>214.512</b>	<b>118.446</b>	-	<b>743.601</b>	<b>(355.087)</b>	-	<b>3.682.180</b>	<b>2.220.695</b>	<b>5.902.875</b>
<b>Resultado abrangente total:</b>														
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	393.583	393.583	409.733	803.316	
Efeito reflexo de cálculo atuarial - controlada Tietê		-	-	-	-	-	-	-	142	-	142	128	270	
Efeito reflexo de cálculo atuarial - controladas Eletropaulo e Elpa		-	-	-	-	-	-	-	72.489	-	72.489	135.381	207.870	
<b>Transações com os acionistas:</b>														
Remuneração com base em ações das controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.367	1.367	
Dividendos intermediários aprovados em RCA de 08.05.2015, 07.08.2015 e de 04.11.2015	22	-	-	-	-	(88.500)	-	-	-	(107.362)	(195.862)	-	(195.862)	
Dividendo mínimo obrigatório - complemento	22	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.432)	(35.432)	-	(35.432)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas de controladas - prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	1.642	1.642	2.248	3.890	
Dividendos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(149.104)	(149.104)	
<b>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</b>														
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	(69.925)	-	69.925	-	-	-	
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	23.775	-	(23.775)	-	-	-	
Constituição de reserva legal	22	-	-	-	-	12.000	-	-	-	(12.000)	-	-	-	
Dividendos adicionais propostos - excedente ao mínimo obrigatório	22	-	-	-	-	-	428.384	-	-	(428.384)	-	-	-	
<b>Efeitos da reorganização societária</b>														
Cisão parcial	1	(2.097.566)	-	-	-	(182.605)	(29.946)	-	(213.717)	283.770	(63.256)	(2.303.320)	(1.859.139)	(4.162.459)
Redução de capital	1	(699.463)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(699.463)	341.198	(358.265)
Incorporação AES Tietê (acionistas não controladores)	1	98.339	341.198	9.405	1.950	8.497	-	-	436.873	1.186	205.059	1.102.507	(1.102.507)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>262.018</b>	<b>341.198</b>	<b>9.405</b>	<b>1.950</b>	<b>52.404</b>	-	<b>428.384</b>	<b>920.607</b>	<b>2.500</b>	-	<b>2.018.466</b>	-	<b>2.018.466</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais – R\$)**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Caixa Gerado nas Operações:</b>				
Lucro líquido do exercício	393.583	81.945	803.316	209.826
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>				
Depreciação e amortização	-	-	169.564	167.515
Amortização do Intangível de concessão - operações continuadas	56.105	60.289	56.105	60.289
Amortização do Intangível de concessão - operações descontinuadas	31.072	31.072	31.072	31.072
Amortização do uso do bem público (UBP)	-	-	2.690	2.690
Variação monetária/cambial	(56)	(1.733)	22.707	4.315
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	1.943	489
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	-	-	195.316	130.587
Fundo de pensão/Plano de assistência - Deliberação CVM 695	-	-	1.758	1.716
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(40.775)	(23.083)	(85.302)	(60.212)
Baixa de bens do ativo	-	-	129	-
Resultado da equivalência patrimonial	(381.655)	(235.981)	-	-
Perdas em investimentos	2.390	8.082	2.390	6.617
Reversão (Provisão) para redução ao provável valor de realização	-	-	3.000	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	(42.767)	(7.943)	(70.814)	(30.780)
Ações e opções de ações outorgadas	-	-	143	89
Ganho na alienação de bens do ativo imobilizado	-	-	(1.634)	-
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	(30.579)	85.140	(95.630)	171.846
<b>Variações nos Ativos e Passivos:</b>				
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	-	-	(6.684)	16.643
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	25.541	(1.716)	34.982	3.155
Outros tributos compensáveis	-	-	(49.439)	(49.326)
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	24.214	(67.674)
Outros créditos	615	(18)	27.427	(27.002)
Fornecedores	5.479	(71)	(129.920)	381.172
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	377.390	237.693
Outros tributos a pagar	1.136	1.887	3.343	14.621
Contas a pagar a partes relacionadas	(218)	-	(218)	1
Pagamento de processos judiciais e outros	-	(186)	(1.708)	(4.485)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	(114)	4.024
Outras obrigações	-	-	6.338	(3.715)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	40.230	7.834	77.019	43.809
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(1.556)	(1.057)
Devedores diversos	-	71	104	(66)
Despesas pagas antecipadamente	70	(82)	1.714	(234)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	107	73
Obrigações estimadas	-	-	1.808	724
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio recebidos	132.792	458.811	-	-
	<b>192.963</b>	<b>464.318</b>	<b>1.401.560</b>	<b>1.244.415</b>
Juros pagos (encargos de dívidas)	-	-	(196.118)	(122.914)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(13.216)	(1.860)	(241.522)	(492.659)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais continuadas</b>	<b>179.747</b>	<b>462.458</b>	<b>963.920</b>	<b>628.842</b>
<b>Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais descontinuadas</b>	<b>42.061</b>	<b>24.798</b>	<b>(295.191)</b>	<b>18.345</b>
<b>Total caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>221.808</b>	<b>487.256</b>	<b>668.729</b>	<b>647.187</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-	-	(167.729)	(184.546)
Aplicações em investimentos de curto prazo	(484.746)	(306.826)	(3.227.411)	(3.004.292)
Resgates de investimentos de curto prazo	459.688	125.339	2.971.832	2.664.754
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(929)	(881)	(32.949)	1.828
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	-	-	1.634	241
Efeitos da incorporação - Transferência proveniente da AES Tietê (nota nº 1)	558	-	-	-
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos em continuidade</b>	<b>(25.429)</b>	<b>(182.368)</b>	<b>(454.623)</b>	<b>(522.015)</b>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(165.217)</b>	<b>(179.079)</b>
<b>Efeitos da cisão - Transferência para Brasileira Participações (nota nº 1)</b>	<b>(25)</b>	<b>-</b>	<b>(152.185)</b>	<b>-</b>
<b>Total Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<b>(25.454)</b>	<b>(182.368)</b>	<b>(772.025)</b>	<b>(701.094)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	-	-	594.000	800.000
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(195.862)	(304.842)	(320.361)	(734.539)
Imposto de renda s/ Juros sobre capital próprio	-	-	-	(3.107)
Pagamento de empréstimos	-	-	(800.060)	(299.970)
Custo de empréstimos	-	-	(24.628)	(1.578)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-	-	(325)	(270)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos em continuidade</b>	<b>(195.862)</b>	<b>(304.842)</b>	<b>(551.374)</b>	<b>(239.464)</b>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>437.594</b>	<b>239.009</b>
<b>Total caixa líquido usado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(195.862)</b>	<b>(304.842)</b>	<b>(113.780)</b>	<b>(455)</b>
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa:</b>	<b>492</b>	<b>46</b>	<b>(217.076)</b>	<b>(54.362)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	66	20	217.634	271.996
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>558</b>	<b>66</b>	<b>558</b>	<b>217.634</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais – R\$)**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b><u>1. RECEITAS</u></b>	-	-	<b>2.779.246</b>	<b>3.430.956</b>
Receita bruta de venda de energia	-	-	2.778.977	3.429.721
Outras receitas operacionais	-	-	269	1.235
<b><u>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</u></b>	<b>(12.756)</b>	<b>(3.927)</b>	<b>(1.190.177)</b>	<b>(2.290.247)</b>
Materiais	-	(19)	(6.693)	(5.510)
Serviços de terceiros	(11.940)	(3.628)	(91.833)	(89.695)
Custo da energia comprada e transmissão	-	-	(1.057.727)	(2.169.518)
Outros custos operacionais	(816)	(280)	(33.924)	(25.524)
<b><u>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</u></b>	<b>(12.756)</b>	<b>(3.927)</b>	<b>1.589.069</b>	<b>1.140.709</b>
<b><u>4. RETENÇÕES</u></b>	<b>(56.105)</b>	<b>(60.289)</b>	<b>(225.669)</b>	<b>(227.804)</b>
Depreciação e amortização	-	-	(169.564)	(167.515)
Amortização de intangível de concessão	(56.105)	(60.289)	(56.105)	(60.289)
<b><u>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</u></b>	<b>(68.861)</b>	<b>(64.216)</b>	<b>1.363.400</b>	<b>912.905</b>
<b><u>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</u></b>	<b>422.500</b>	<b>140.520</b>	<b>165.534</b>	<b>(131.079)</b>
Resultado da equivalência patrimonial	379.265	227.899	-	-
Receitas financeiras	43.728	28.833	100.976	71.839
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	30.579	(85.140)	95.630	(171.846)
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	(31.072)	(31.072)	(31.072)	(31.072)
<b><u>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</u></b>	<b>353.639</b>	<b>76.304</b>	<b>1.528.934</b>	<b>781.826</b>
<b><u>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</u></b>	<b>353.639</b>	<b>76.304</b>	<b>1.528.934</b>	<b>781.826</b>
<b><u>Empregados (colaboradores)</u></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>71.335</b>	<b>65.536</b>
Salários e encargos	-	-	57.213	51.619
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	-	-	8.277	8.136
Previdência privada	-	-	2.577	2.651
FGTS	-	-	3.268	3.130
<b><u>Tributos (Governos)</u></b>	<b>(42.767)</b>	<b>(7.943)</b>	<b>444.627</b>	<b>374.656</b>
<b><u>Federais</u></b>	<b>(42.767)</b>	<b>(7.943)</b>	<b>365.240</b>	<b>294.544</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(42.767)	(7.943)	317.169	214.472
Cofins	-	-	28.493	55.571
Pis	-	-	6.155	12.035
INSS	-	-	9.486	9.087
Encargos sociais - Outros	-	-	3.937	3.379
<b><u>Estaduais</u></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.356</b>	<b>1.957</b>
ICMS	-	-	2.171	1.880
Outros	-	-	185	77
<b><u>Municipais</u></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18</b>	<b>16</b>
IPTU	-	-	6	11
ISS	-	-	12	5
<b><u>Encargos setoriais</u></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>77.013</b>	<b>78.139</b>
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	26.258	32.050
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	6.155	5.004
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	44.600	41.085
<b><u>Remuneração de capital de terceiros</u></b>	<b>2.823</b>	<b>2.302</b>	<b>209.656</b>	<b>131.808</b>
Juros	2.818	2.298	208.567	130.774
Aluguéis	5	4	1.089	1.034
<b><u>Remuneração de capitais próprios</u></b>	<b>393.583</b>	<b>81.945</b>	<b>803.316</b>	<b>209.826</b>
Dividendos e juros sobre capital próprio	381.583	45.910	381.583	45.910
Constituição de reserva estatutária	-	29.286	-	29.286
Constituição de reserva legal	12.000	6.749	12.000	6.749
Participação não controladores nos lucros retidos	-	-	409.733	127.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Reorganização societária**

---

A AES Tietê Energia S.A (anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia) é a Companhia que sucede a AES Tietê S.A. após os eventos da reorganização societária, implementada em 2015, que teve com um dos principais objetivos fortalecer a Companhia como plataforma de crescimento exclusiva de seu controlador em geração de energia elétrica no Brasil.

Devido à reorganização e em atendimento ao CPC 36(R3) – Demonstrações Consolidadas, certas peças das demonstrações contábeis estão sendo apresentadas da seguinte forma:

- i) Balanço Patrimonial Consolidado – a Companhia somente está apresentando o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014, visto que em 31 de dezembro de 2015 foi finalizado o processo de reorganização societária, quando a Companhia deixou de possuir investimentos em outras sociedades;
- ii) Demais demonstrativos contábeis – A Companhia apresenta todos os demais demonstrativos contábeis demonstrando a posição controladora e a consolidada em 31 de dezembro de 2015 e 2014, e com destaque para o efeito da cisão de ativos a passivos (denominadas “operações descontinuadas”), visto que o controle deixou de existir somente no último dia do exercício, ou seja, a Companhia perdeu o controle em parte de seus investimentos em 31 de dezembro de 2015;
- iii) Os demonstrativos contábeis consolidados demonstram a consolidação da Companhia com a incorporada AES Tietê S.A.. O resultado das operações em investimentos cindidos (ex-controladas) e itens relacionados aos mesmos, foram reclassificados para a rubrica “operações descontinuadas”. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 1.1. A mesma reclassificação foi efetuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 para permitir comparabilidade.
- iv) Devido à reclassificação efetuada para operações descontinuadas nas demonstrações dos resultados, as operações realizadas pela Companhia e pela incorporada AES Tietê com os investimentos cindidos (ex-controladas) não foram eliminados (vide maiores detalhes na nota explicativa nº 28.1);
- v) As notas explicativas de balanço patrimonial consolidado somente apresentam uma coluna relativa a 31 de dezembro de 2014 e refletem exatamente as informações constantes nas demonstrações contábeis autorizadas pela Diretoria Executiva em 09 de fevereiro de 2015 da Companhia.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir são apresentados os detalhes da reorganização.

Em 3 de junho de 2015, a Companhia e a AES Tietê S.A. (“AES Tietê”) divulgaram fato relevante no qual informaram ao mercado a intenção de realizar uma reorganização societária (“Reorganização”) envolvendo a Companhia e a AES Tietê, bem como as sociedades controladas direta e indiretamente por elas. A proposta da reorganização foi formalizada pelo Acordo de Reestruturação assinado entre a AES Holdings Brasil Ltda. (“AES Holdings Brasil”) e BNDES Participações S.A. - (“BNDESPAR”), sendo posteriormente aprovada pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 5.433 de 25 de agosto de 2015, e pelos Conselhos de Administração da Companhia e da AES Tietê, por meio dos atos societários pertinentes, além da obtenção das anuências dos credores. Em 26 de outubro de 2015, as Assembleias Gerais de todas as sociedades envolvidas aprovaram todas as etapas da reorganização, sujeitas a determinadas condições suspensivas que foram cumpridas em 28 de dezembro de 2015. Desta forma, para efeitos fiscais e societários, em 31 de dezembro de 2015 foi finalizado o processo de reorganização societária envolvendo a Companhia e as sociedades direta e indiretamente controladas por ela.

A reorganização foi realizada por meio da cisão parcial da Companhia e versão do acervo cindido para a Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”). A Companhia passou a deter o controle direto e exclusivo da AES Tietê e a Brasileira Participações passou a deter o controle, direto ou indireto, de todas as demais sociedades (Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo ou Eletropaulo, AES Elpa S.A., AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda.). Na etapa subsequente, a AES Tietê foi incorporada pela Companhia Brasileira de Energia e conseqüentemente foi extinta, sendo esta última, a entidade legal remanescente e cuja denominação social foi alterada para AES Tietê Energia S.A. (“AES Tietê Energia”). Por fim, em 4 de janeiro de 2016, a AES Tietê Energia aderiu ao Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) e seus valores mobiliários passaram a ser negociados por meio de *Units*, sendo cada *Unit* formada por 4 (quatro) ações preferenciais e 1 (uma) ação ordinária. As ações ordinárias e preferenciais possuem direitos econômicos equivalentes.

Após a implementação da reorganização, a AES Holdings Brasil e BNDESPAR rescindiriam o antigo acordo de acionistas da Companhia e celebraram dois novos acordos, sendo um da Companhia, que consiste na adequação do antigo acordo à nova estrutura societária em consonância com os objetivos da reorganização, preservando direitos de veto da BNDESPAR em relação a questões de cunho estratégico e promovendo liberdade com relação à transferência de ações detidas pelas partes signatárias (“Novo Acordo de Acionistas da AES Tietê Energia”).

A reorganização não implicou na alteração do acionista controlador da Brasileira Participações e da AES Tietê Energia, o qual continuou sendo a AES Holdings Brasil.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Após a reorganização, a participação da AES Holdings Brasil no capital social total da Companhia é de 24,25%, sendo sua participação no capital votante equivalente a 61,55%. A participação da BNDESPAR no capital social total da Companhia é de 28,29%, sendo sua participação no capital votante equivalente a 14,36%, na forma de Units.

AES Tietê Energia	Antes da reorganização			Após a reorganização		
	Quantidade		Participação total (%)	Quantidade		Participação total (%)
	Ordinárias	Preferenciais		Ordinárias	Preferenciais	
<b>Acionistas</b>						
AES Holdings Brasil Ltda.	300.000.001	7	46,15%	462.300.052	-	24,25%
BNDESPar	300.000.000	50.000.000	53,85%	107.870.009	431.480.036	28,29%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	-	-	0,00%	30.258.222	121.032.888	7,94%
Outros	-	-	0,00%	150.665.251	602.661.004	39,52%
<b>Total das ações</b>	<b>600.000.001</b>	<b>50.000.007</b>	<b>100,00%</b>	<b>751.093.534</b>	<b>1.155.173.928</b>	<b>100,00%</b>

Os acionistas não controladores da AES Tietê não tiveram suas participações no capital social diluídas em decorrência da reorganização. Detalhes da composição acionária da Companhia estão demonstrados na nota explicativa nº 21.1.

A reorganização teve como principais objetivos:

- (i) Fortalecer a Companhia como plataforma de crescimento exclusiva de seu controlador em geração de energia elétrica no Brasil;
- (ii) Simplificar o processo de tomada de decisões, por meio de um novo acordo de acionistas;
- (iii) Implementar maiores níveis de governança corporativa, com a adesão ao Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A., resultando no direito de todas as ações (preferenciais e ordinárias) serem incluídas, em condições de igualdade, em caso de uma oferta pública (“tag along”) decorrente de alienação de controle prevista no artigo 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); e,
- (iv) Potencializar o atual nível de liquidez das ações da Companhia por meio da consolidação da negociação dos valores mobiliários em *Units*, agora sob o código “TIET”.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os impactos decorrentes desta reorganização nos ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, são demonstrados a seguir:

31.12.2015	Efeitos da reorganização societária							31.12.2015		
	AES Tietê Energia S.A.	Integralização de ativos e Incorporação da ABEH (i)	Incorporação da AES Rio PCH (ii)	Cisão parcial (iii)	Redução de capital (vi)	Subtotal: Saldos antes da incorporação da AES Tietê	Incorporação AES Tietê (vii)	IR/CS diferido (viii)	Destinação do resultado	AES Tietê Energia S.A.
<b>ATIVO</b>										
<b>CIRCULANTE</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	25	-	-	(25)	-	-	558	-	-	558
Investimentos de curto prazo	334.307	-	-	(326.878)	-	7.429	738.781	-	-	746.210
Consumidores e revendedores	-	-	-	-	-	-	27.697	-	-	27.697
Tributos e contribuições sociais compensáveis	12.495	-	-	-	-	12.495	123.751	-	-	136.246
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	12.094	-	-	(12.094)	-	-	-	-	-	-
Devedores diversos	-	-	-	-	-	-	522	-	-	522
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	271.814	-	-	271.814
Superávit do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	207	-	-	207
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	1.540	-	-	1.540
Despesas pagas antecipadamente	14	-	-	(14)	-	-	587	-	-	587
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>358.935</b>	-	-	<b>(339.011)</b>	-	<b>19.924</b>	<b>1.165.457</b>	-	-	<b>1.185.381</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>										
Consumidores e revendedores	-	-	-	-	-	-	13.075	-	-	13.075
Outros tributos compensáveis	-	-	-	-	-	-	789	-	-	789
Tributos e contribuições sociais diferidos (*)	48.353	-	-	-	-	48.353	(48.353)	-	-	-
Tributos a recuperar	-	-	-	-	-	-	179.860	-	-	179.860
Cauções e depósitos vinculados	35.684	-	-	(35.684)	-	-	37.008	-	-	37.008
Outros créditos	32	-	-	(32)	-	-	43	-	-	43
Investimento	2.676.690	108.652	1.066	(1.604.398)	(341.198)	840.812	(840.812)	-	-	-
Imobilizado, líquido	-	-	-	-	-	-	3.145.358	-	-	3.145.358
Intangível	843.984	(108.652)	-	(377.067)	(358.265)	-	75.265	-	-	75.265
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.604.743</b>	-	<b>1.066</b>	<b>(2.017.181)</b>	<b>(699.463)</b>	<b>889.165</b>	<b>2.562.233</b>	-	-	<b>3.451.398</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.963.678</b>	-	<b>1.066</b>	<b>(2.356.192)</b>	<b>(699.463)</b>	<b>909.089</b>	<b>3.727.690</b>	-	-	<b>4.636.779</b>
<b>PASSIVO</b>										
<b>CIRCULANTE</b>										
Fornecedores	5.705	-	-	(4.305)	-	1.400	350.676	-	-	352.076
Debêntures	-	-	-	-	-	-	160.283	-	-	160.283
Arrendamento financeiro	-	-	-	-	-	-	314	-	-	314
Tributos e contribuições sociais	56	-	-	(56)	-	-	312.568	-	-	312.568
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	1.396	-	35.432	36.828
Obrigações estimadas	-	-	-	-	-	-	18.310	-	-	18.310
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	-	-	-	1.126	-	-	1.126
Provisões para processos judiciais e outros	-	-	-	-	-	-	14.090	-	-	14.090
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	10.014	-	-	10.014
Outras obrigações	-	-	-	-	-	-	10.324	-	-	10.324
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.761</b>	-	-	<b>(4.361)</b>	-	<b>1.400</b>	<b>879.101</b>	-	<b>35.432</b>	<b>915.933</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>										
Debêntures	-	-	-	-	-	-	1.230.570	-	-	1.230.570
Arrendamento financeiro	-	-	-	-	-	-	491	-	-	491
Tributos e contribuições sociais diferidos	4.114	-	-	(4.114)	-	-	424.813	(43.702)	-	381.111
Provisões para processos judiciais e outros	35.387	-	-	(35.387)	-	-	76.823	-	-	76.823
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	9.591	-	-	9.591
Contas a pagar a partes relacionadas	9.010	-	-	(9.010)	-	-	-	-	-	-
Obrigações estimadas	-	-	-	-	-	-	236	-	-	236
Obrigações	-	-	-	-	-	-	3.558	-	-	3.558
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>48.511</b>	-	-	<b>(48.511)</b>	-	-	<b>1.746.082</b>	<b>(43.702)</b>	-	<b>1.702.380</b>
<b>ACERVO LÍQUIDO CONTÁBIL</b>	<b>3.909.406</b>	-	<b>1.066</b>	<b>(2.303.320)</b>	<b>(699.463)</b>	<b>907.689</b>	<b>1.102.507</b>	<b>43.702</b>	<b>(35.432)</b>	<b>2.018.466</b>

(\*) Com a incorporação da AES Tietê, a Companhia passou a apresentar saldo líquido de passivo fiscal diferido (vide nota explicativa nº 8). Desta forma, houve a reclassificação do saldo de ativo fiscal diferido no montante de R\$48.353 para a conta passiva de tributos e contribuições sociais diferidos. Este montante faz parte do saldo mantido pela Companhia após a cisão parcial, o qual foi compartilhado com os acionistas minoritários da Companhia, não fazendo parte então da relação de troca (vide nota explicativa nº 8.1).

Atos preliminares da reorganização em ordem cronológica de execução:

- (i) Integralização de ativos e incorporação de AES Brazilian Energy Holdings Ltda: A Companhia conferiu à AES Brazilian Energy Holdings a totalidade da participação societária por ela detida na AES Tietê, bem como os respectivos ativos intangíveis gerados na aquisição de concessão

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade estavam classificados como ágios relativos ao investimento na AES Tietê e à reestruturação societária ocorrida em 2006) registrados na Companhia. Dessa forma, a AES Brazilian Energy Holdings passou a ser detentora da participação societária anteriormente detida pela Companhia na AES Tietê, equivalente a 52,55% do capital social total da AES Tietê, bem como dos respectivos ativos intangíveis gerados na aquisição de concessão.

Em seguida, a AES Brazilian Energy Holdings foi incorporada pela AES Tietê e deixou de existir, gerando o registro de benefício fiscal no montante de R\$108.652 na AES Tietê além do consequente registro no mesmo montante pela Companhia como reserva especial de ágio, na rubrica de investimento. Com a incorporação da AES Brazilian Energy Holdings, a Companhia voltou a ser acionista direta da AES Tietê, detentora de 52,55% do seu capital social total. Vide nota explicativa nº 21.2 (a) para maiores detalhes desta reserva.

A conferência das ações da AES Tietê e dos respectivos ativos intangíveis gerados na aquisição de concessão à AES Brazilian Energy Holdings e sua posterior incorporação pela AES Tietê foram realizadas para os fins previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nº 319 de 3 de dezembro de 1999, conforme alterada (“Instrução CVM 319”) e visaram impedir que os acionistas minoritários da AES Tietê sofressem qualquer impacto no fluxo de seus dividendos em decorrência da amortização de tais ativos intangíveis gerados na aquisição de concessão quando da implementação da incorporação da AES Tietê pela Companhia.

- (ii) Incorporação da AES Rio PCH Ltda. pela AES Tietê: a AES Rio PCH Ltda. foi incorporada pela AES Tietê, com sua consequente extinção e sucessão em todos os direitos e obrigações. Tendo em vista que a AES Tietê era a única sócia da AES Rio PCH no momento da incorporação o capital social da AES Tietê não sofreu aumento em razão desta incorporação. Após a incorporação, a AES Tietê constitui crédito tributário adicional (ativo fiscal diferido relacionado à provisão para redução ao provável valor de realização de ativos) no montante de R\$2.027. Consequentemente, a Companhia aumentou seu investimento na AES Tietê em R\$1.066 (valor correspondente à sua participação acionária).

Atos da reorganização:

- (iii) Cisão parcial: cisão parcial da Companhia com a versão do acervo cindido para a Brasileira Participações S.A., avaliado por seu valor contábil, e

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

sendo formado principalmente pelas participações societárias na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., AES Elpa S.A., AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda. Após a cisão parcial, a Companhia passou a deter somente participação societária na AES Tietê.

A Brasileira Participações era, na data da cisão parcial, uma sociedade anônima de capital fechado não operacional. Após a cisão parcial, o capital social da Brasileira Participações passou a ser detido pela AES Holdings Brasil e pela BNDESPAR, nas mesmas proporções em que anteriormente participavam da Companhia. Adicionalmente, em decorrência da cisão parcial, a Brasileira Participações passou a ser responsável por todos os ativos e passivos cindidos, incluindo os relacionados às demais sociedades, sem solidariedade com a Companhia.

- (iv) Alienação das ações da Companhia pela BNDESPAR: a AES Holdings Brasil e a BNDESPAR celebraram um Compromisso de Compra e Venda de Ações por meio do qual a BNDESPAR se comprometeu a alienar à AES Holdings Brasil ações ordinárias da Companhia correspondentes a 8,1261% de seu capital social total, por valor patrimonial. Em razão da celebração do Compromisso de Compra e Venda de Ações, a participação societária detida pela BNDESPAR no capital social total da Companhia passou a ser temporariamente de 45,72%. Para maiores detalhes sobre a alienação das ações, vide nota explicativa nº 21.1.
- (v) Conversão e desdobramento de ações da Companhia: após a celebração do Compromisso de Compra e Venda descrito no item acima, houve a conversão de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pela BNDESPAR em ações preferenciais, com os mesmos direitos das ações preferenciais anteriormente emitidas pela Companhia já existentes e conversão de ações preferenciais de emissão da Companhia detidas pela AES Holdings Brasil em ações ordinárias, com os mesmos direitos das ações ordinárias de emissão da Companhia já existentes. Posteriormente, houve também desdobramento de ações de emissão da Companhia. Após a conversão de ações, a participação societária detida pela BNDESPAR no capital social total da Companhia voltou a ser igual à participação detida pela BNDESPAR anteriormente à celebração do Compromisso de Compra e Venda de Ações, no entanto, sua participação societária no capital social votante diminuiu para 18,92% e sua participação no capital preferencial passou a ser de 100%. Para maiores detalhes sobre a conversão e desdobramento das ações, vide nota explicativa nº 21.1.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (vi) Redução de capital: redução do capital social da Companhia no montante de R\$699.463, sem cancelamento de ações, em decorrência da transferência aos seus acionistas, AES Holdings Brasil e BNDESPAR, (a) do direito de capitalização da reserva especial de ágio no montante de R\$341.198, o qual inclui o valor de R\$108.652 gerado na incorporação da AES Brazilian Energy Holdings (vide item (i) descrito anteriormente) e R\$232.546 proveniente de incorporações passadas realizadas pela AES Tietê (vide nota explicativa 21.2 (a); e (b) do ativo intangível gerado na aquisição de concessão (anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade estavam classificados como ágios) registrado na Companhia no montante de R\$358.265. Desta forma, a partir de 01 de janeiro de 2016, a amortização do ativo intangível gerado na concessão não trará mais impactos para os resultados da AES Tietê Energia.

A BNDESPAR cedeu à AES Holdings Brasil, por meio da celebração de um contrato de cessão de direitos, o direito à capitalização da reserva de ágio recebido pela mesma, em decorrência da redução de capital descrita anteriormente. Na medida em que a reserva especial de ágio for capitalizada pela AES Holdings Brasil, a BNDESPAR fará jus ao recebimento das ações de emissão da Companhia que eventualmente a AES Holdings Brasil vier a receber como resultado da capitalização do direito de capitalização da BNDESPAR, bem como ao montante em dinheiro recebido pela AES Holdings Brasil dos demais acionistas da Companhia que vierem a exercer seu direito de preferência na capitalização no que diz respeito à parcela do direito de capitalização da BNDESPAR.

- (vii) Incorporação da AES Tietê pela Companhia: incorporação da AES Tietê pela Companhia, com a sua consequente extinção e sucessão em todos os direitos e obrigações, e a consequente alteração da denominação social da Companhia para a AES Tietê Energia. Em decorrência da incorporação, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$98.339 com a atribuição das ações emitidas em função deste aumento aos acionistas da AES Tietê. O patrimônio líquido da AES Tietê foi avaliado pelo seu valor contábil em 30 de junho de 2015 (“data base da incorporação”), com base no laudo de avaliação para fins de incorporação, emitido por empresa de avaliação independente. A incorporação da AES Tietê teve eficácia a partir de 31 de dezembro de 2015, conforme estipulado no protocolo de incorporação. Com isso, os efeitos desta incorporação somente afetarão o resultado das operações da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2016.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Vale ressaltar que os acionistas não controladores da AES Tietê não foram diluídos após a incorporação, tendo em vista que após a cisão e redução de capital, a Companhia não detinha nenhum outro ativo ou passivo além: (i) dos créditos tributários (ativo fiscal diferido) no montante de R\$48.353; (ii) dos tributos compensáveis no montante de R\$12.495; (iii) dos investimentos de curto prazo no montante de R\$7.429, composto por R\$6.029 dos tributos compensáveis que foram restituídos pela Receita Federal à Companhia no período compreendido entre a emissão do laudo e a incorporação (julho a dezembro de 2015); e (iv) dos R\$1.400 de recursos de investimento de curto prazo para pagamento das despesas remanescentes relacionadas à reorganização, visto que o mesmo montante também foi transferido do saldo a pagar, trazendo assim, efeito nulo para a Companhia. Com isso, o saldo de ativos e passivos remanescentes totalizou R\$66.877 na data base de 31 de dezembro de 2015, antes da incorporação da AES Tietê. Destaca-se que este saldo não foi considerado para fins da relação de troca das ações objeto da incorporação, de forma que não houve relação de troca diferenciada para o acionista controlador.

Em função da incorporação, foi assegurado aos acionistas dissidentes da AES Tietê o direito de retirada mediante ressarcimento do valor patrimonial de suas ações. Após o prazo para exercício do direito de retirada da AES Tietê, verificou-se que nenhum acionista havia exercido este direito.

As variações patrimoniais da AES Tietê ocorridas entre a data base da incorporação (30 de junho de 2015) e a data efetiva da incorporação (31 de dezembro de 2015) foram absorvidas pela Companhia, conforme determinado no protocolo da incorporação, gerando os seguintes efeitos no patrimônio líquido da Companhia:

	31.12.2015	Efeitos da reorganização societária 30.06.2015			Variações patrimoniais dos efeitos da reorganização - Julho a Dezembro de 2015			31.12.2015	
	AES Tietê Energia S.A.	Cisão parcial	Redução de capital	Incorporação AES Tietê	Cisão parcial	Redução de capital	Incorporação AES Tietê	Destinação do resultado	AES Tietê Energia S.A.
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>									
Capital social	2.960.708	(2.069.513)	(727.516)	98.339	(28.053)	28.053	-	-	262.018
Reserva de capital	-	-	-	9.405	-	-	-	-	9.405
Ações e opções de ações outorgadas	-	-	-	1.847	-	-	103	-	1.950
Reserva especial de ágio na incorporação	-	-	-	347.789	-	-	(6.591)	-	341.198
Reserva legal	214.512	(170.605)	-	8.497	(12.000)	-	-	12.000	52.404
Reserva estatutária	29.946	(29.946)	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	697.451	(219.984)	-	451.812	6.266	-	(14.938)	-	920.607
Outros resultados abrangentes - ganho anual	(282.456)	356.259	-	1.058	(72.489)	-	128	-	2.500
Lucros acumulados	289.245	(148.644)	-	107.086	85.389	-	142.740	(475.816)	-
(-) Complemento dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	428.384	428.384
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.909.406</b>	<b>(2.282.433)</b>	<b>(727.516)</b>	<b>1.025.833</b>	<b>(20.887)</b>	<b>28.053</b>	<b>121.442</b>	<b>(35.432)</b>	<b>2.018.466</b>

- (viii) Constituição de IR/CS diferido: A incorporação da AES Tietê resultou no aumento da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, permitindo a constituição de crédito tributário adicional no montante de R\$43.702. A expectativa de lucros tributáveis futuros está suportada por estudo técnico aprovado pelo Conselho da Administração (vide nota explicativa nº 8).

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 1.1 Operação descontinuada

A Companhia efetuou as seguintes reclassificações para o resultado de operações descontinuadas:

### 1.1.1 Demonstração dos Resultados

a) Na controladora

- (i) Ganho de equivalência patrimonial dos investimentos cindidos (Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., AES Elpa S.A., AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda.) no montante de R\$30.579 (perda de R\$85.140 em 31 de dezembro de 2014). Somente o resultado de equivalência patrimonial resultante de sua participação acionária no investimento da AES Tietê, no montante de R\$379.265 (R\$227.899 em 31 de dezembro de 2014), permaneceu como operações em continuidade, refletindo, desta forma, as atividades desenvolvidas pela Companhia após a reorganização societária.
- (ii) Amortização de intangível de concessão relacionada aos investimentos cindidos da Eletropaulo e AES Elpa no montante total de R\$31.072 (R\$31.072 em 31 de dezembro de 2014).

b) No consolidado:

- (iii) Lucro líquido dos investimentos cindidos (Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., AES Elpa S.A., AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda.) no montante de R\$95.630 (prejuízo líquido de R\$171.846 em 31 de dezembro de 2014), estão sendo apresentados em uma única rubrica da demonstração do resultado denominada “operações descontinuadas”. Conforme mencionado anteriormente, para ambos os exercícios, houve consolidação somente do resultado da Companhia e da incorporada AES Tietê.
- (iv) Amortização de intangível de concessão relacionada aos investimentos cindidos da Eletropaulo e AES Elpa no montante total de R\$31.072 (R\$31.072 em 31 de dezembro de 2014).

#### OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	30.579	(85.140)	95.630	(171.846)
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	(31.072)	(31.072)	(31.072)	(31.072)
<b>Total operação descontinuada</b>	<b>(493)</b>	<b>(116.212)</b>	<b>64.558</b>	<b>(202.918)</b>
Atribuído a acionistas da empresa controladora			(493)	(116.212)
Atribuído a acionistas não controladores			65.051	(86.706)

Destaca-se que não houve ganho ou perda em relação ao valor justo, visto que todos os valores envolvidos da reorganização foram avaliados a valores contábeis.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Segue abaixo detalhamento do lucro (prejuízo) líquido das operações cindidas.

Os impactos das operações das controladas cindidas no resultado consolidado, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são apresentados a seguir.

2015							
AES Elpa	Eletropaulo	AES Uruguiana	AES Serviços	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total consolidado	
Receita operacional líquida	-	13.667.413	491.552	32.726	14.191.691	-	14.191.691
Total dos custos operacionais	(1.271)	(13.194.534)	(483.019)	(32.294)	(13.711.118)	-	(13.711.118)
<b>Resultado do serviço (lucro bruto)</b>	<b>(1.271)</b>	<b>472.879</b>	<b>8.533</b>	<b>432</b>	<b>480.573</b>	<b>-</b>	<b>480.573</b>
Outras despesas	(15.365)	-	-	-	(15.365)	(30.581)	(45.946)
Resultado financeiro	1.754	(313.906)	36.608	1.045	(274.499)	(670)	(275.169)
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(14.882)</b>	<b>158.973</b>	<b>45.141</b>	<b>1.477</b>	<b>190.709</b>	<b>(31.251)</b>	<b>159.458</b>
Total dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	(650)	(57.837)	(4.834)	(507)	(63.828)	-	(63.828)
<b>Resultado líquido proveniente de operações cindidas</b>	<b>(15.532)</b>	<b>101.136</b>	<b>40.307</b>	<b>970</b>	<b>126.881</b>	<b>(31.251)</b>	<b>95.630</b>
Atribuído a acionistas da empresa controladora							30.579
Atribuído a acionistas não controladores							65.051

2014							
AES Elpa	Eletropaulo	AES Uruguiana	AES Serviços	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total consolidado	
Receita operacional líquida	-	10.557.279	238.608	23.878	10.819.765	-	10.819.765
Total dos custos operacionais	(809)	(10.551.749)	(246.586)	(25.491)	(10.824.635)	-	(10.824.635)
<b>Resultado do serviço (lucro bruto)</b>	<b>(809)</b>	<b>5.530</b>	<b>(7.978)</b>	<b>(1.613)</b>	<b>(4.870)</b>	<b>-</b>	<b>(4.870)</b>
Outras despesas	(87.971)	-	-	-	(87.971)	42.025	(45.946)
Resultado financeiro	1.130	(201.905)	13.375	(580)	(187.980)	(1.223)	(189.203)
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(87.650)</b>	<b>(196.375)</b>	<b>5.397</b>	<b>(2.193)</b>	<b>(280.821)</b>	<b>40.802</b>	<b>(240.019)</b>
Total dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	(513)	64.628	-	4.058	68.173	-	68.173
<b>Resultado líquido proveniente de operações cindidas</b>	<b>(88.163)</b>	<b>(131.747)</b>	<b>5.397</b>	<b>1.865</b>	<b>(212.648)</b>	<b>40.802</b>	<b>(171.846)</b>
Atribuído a acionistas da empresa controladora							(85.140)
Atribuído a acionistas não controladores							(86.706)

## 1.1.2 Demonstração dos Fluxos de Caixa

### a) Na Controladora

- (i) A Companhia destaca que recebeu dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$42.061 (R\$24.798 em 31 de dezembro de 2014) de investimentos cindidos classificados como atividade operacional.

### b) Consolidado

- (ii) A Companhia destaca em linha específica os resultados líquidos dos investimentos cindidos.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Atividades operacionais</b>				
Eletropaulo	-	3.181	(316.180)	1.938
AES Serviços	-	-	4.673	16.317
AES Uruguaiana	42.061	-	16.291	297
AES Elpa	-	21.617	25	(207)
<b>Total caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais</b>	<b>42.061</b>	<b>24.798</b>	<b>(295.191)</b>	<b>18.345</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Eletropaulo	-	-	(156.549)	(191.416)
AES Serviços	-	-	964	(15.711)
AES Uruguaiana	-	-	(8.008)	24.412
AES Elpa	-	-	(1.624)	3.636
<b>Total caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(165.217)</b>	<b>(179.079)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Eletropaulo	-	-	438.094	239.864
AES Serviços	-	-	(500)	(493)
AES Uruguaiana	-	-	-	-
AES Elpa	-	-	-	(362)
<b>Total caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>437.594</b>	<b>239.009</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>42.061</b>	<b>24.798</b>	<b>(22.814)</b>	<b>78.275</b>

## 2 Informações gerais

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1, a Companhia Brasileira de Energia teve sua denominação alterada para AES Tietê Energia S.A. (“Companhia” ou “AES Tietê Energia”). A Companhia é uma sociedade por ações, de capital aberto, cuja sede está localizada na Avenida Dr. Marcos Pentead de Ulhôa Rodrigues, 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

Após a cisão parcial e incorporação descritas na nota explicativa nº 1, os negócios da Companhia se concentraram nas atividades exercidas pela AES Tietê antes da reorganização.

Vale ressaltar que a Brasileira Participações ficou responsável por todo o passivo da AES Tietê Energia cindido, sem solidariedade. Em contrapartida, a AES Tietê Energia assumiu todos os direitos e obrigações da incorporada AES Tietê.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, produzir, comercializar, construir executar e operar (a) sistemas de produção, transmissão e comercialização de energia, resultante do aproveitamento de rios e de outras fontes de energia incluindo, sem contudo se limitar, fontes renováveis como a solar, eólica e biomassa, além de fontes não renováveis e termoelétricas de qualquer natureza, bem como desempenhar qualquer atividade relacionada a este objeto, como a instalação e implantação de projetos de produção independente de energia,

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

operação e manutenção de usinas, obras e edificações correlatas, além de compra e importação de equipamentos para a geração de energia, (b) barragens de acumulação, eclusas e outros empreendimentos destinados ao aproveitamento múltiplo das águas e de seus leitos e reservatórios, e (c) planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes e vetores de energia, diretamente ou em cooperação com outras entidade; (ii) explorar, desenvolver, produzir, importar, exportar, processar, tratar, transportar, carregar, estocar, acondicionar, operar e manter atividades relacionadas ao suprimento, distribuição e comercialização de combustíveis destinados à geração de energia, além de realizar liquefação e regaseificação; (iii) prestar todo e qualquer serviço, observando o que dispõe o Contrato de Concessão; e (iv) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, desde que o respectivo objeto social da Companhia na qual haverá participação seja igual aos itens i a iii anteriormente descritos.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente controlada pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Até 31 de dezembro de 2015, 1.268 MW médios da garantia física da Companhia foram vendidos para a Eletropaulo. Para 2016 a Companhia tem 95% da sua garantia física contratada, a qual foi vendida para uma carteira diversificada de clientes. Para 2017, 2018, 2019 e 2020, o percentual da energia assegurada vendido é de 88%, 60%, 26% e 12%, respectivamente. (para maiores detalhes vide nota explicativa nº 28.4).

O parque gerador da Companhia está composto pelas seguintes usinas:

Parque Gerador	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
<b><u>Usinas Hidrelétricas (UHE)</u></b>				
Água Vermelha	1978	6	1.396	746
Nova Avanhandava	1982	3	347	139
Promissão	1975	3	264	104
Bariri	1969	3	143	66
Barra Bonita	1963	4	141	45
Ibitinga	1969	3	132	74
Euclides da Cunha	1960	4	109	49
Caconde	1966	2	80	33
Limoeiro	1958	2	32	15
<b><u>Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)</u></b>				
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4
São José	2012	2	4	2
São Joaquim	2011	1	3	1
<b>Total</b>		<b>35</b>	<b>2.658</b>	<b>1.278</b>

## 2.1 Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previa a obrigação da Companhia para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (quinze por

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

cento) no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previa que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, envidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15% (quinze por cento), que representam 398 MW.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro que tornaram inviável o cumprimento da obrigação de expansão. Tais mudanças, somadas a outros motivos alheios à vontade da Companhia, como as condições de fornecimento de gás natural, insuficiência de recursos hídricos e ações judiciais propostas pelo Ministério Público Estadual, impossibilitaram o cumprimento de tal obrigação.

Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

Em 12 de agosto de 2011, foi distribuída Ação pelo Estado de São Paulo visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% (quinze por cento) ou a pagar indenização por perdas e danos. Pela primeira instância foi concedida liminar determinando que a Companhia apresentasse, em até 60 dias, o seu plano para atendimento da obrigação de fazer compreendendo todos os aspectos necessários à sua plena consecução, sob pena de multa diária.

Em 06 de setembro de 2011, a Companhia foi citada na ação e cientificada oficialmente a respeito da liminar concedida. Em 11 de outubro de 2011, a Companhia foi intimada da decisão dos embargos de declaração, devendo observar o já referido prazo de 60 dias, contados a partir daquela data que se encerraria em 12 de dezembro de 2011. A Companhia apresentou em outubro de 2011 sua defesa bem como recurso contra a decisão que concedeu a liminar notificada.

Em 03 de novembro de 2011, entendendo que havia a necessidade de examinar se existem condições materiais para o cumprimento da obrigação, a 2ª instância suspendeu a liminar outrora concedida em favor do Estado de São Paulo até o julgamento do recurso apresentado pela Companhia em outubro de 2011.

Em 19 de março de 2012, o recurso apresentado foi julgado em desfavor da Companhia, determinando a apresentação do plano para atendimento da expansão de capacidade.

Em 26 de abril de 2012, a Companhia apresentou seu Plano de Expansão de Capacidade ao juízo de 1ª instância, que consiste no Projeto “Termo São Paulo”,

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

para a implantação de uma termoeétrica a gás natural, com capacidade de geração aproximadamente de 503 MW.

Em 12 de setembro de 2012, foi proferida decisão em 1ª instância determinando que o Estado de São Paulo se manifestasse sobre o Plano de Expansão de Capacidade da Companhia.

Em 06 de dezembro de 2012, foi juntada no processo a manifestação do Estado de São Paulo sobre o Plano de Expansão de Capacidade apresentado pela Companhia (“Termo São Paulo”), com as alegações seguintes: (i) o plano apresentado é consistente; (ii) não existe garantia do fornecimento de gás natural da Petrobrás, o que prejudicaria a execução do plano; (iii) a usina termoeétrica não seria a única alternativa para cumprir a obrigação de expansão; (iv) mesmo que o gás seja fornecido pela Petrobrás, não há garantia de vitória no leilão (para a construção da usina) e tal fato (não vencer o leilão) não pode ser interpretado como uma justificativa para o não cumprimento da obrigação.

O juízo de 1ª instância determinou que a Companhia se manifestasse sobre os comentários do Estado de São Paulo acerca do plano, bem como que as partes informassem se havia interesse na realização de uma audiência de tentativa de conciliação. A Audiência de Conciliação foi realizada em 09 de outubro de 2013, tendo o juízo responsável pelo caso determinado a suspensão do processo, para que a Companhia estudasse alternativas para expandir sua capacidade de geração que não o plano de expansão anteriormente apresentado em juízo.

Em 13 de março de 2014, foi publicada determinação do juízo para que as partes informassem se houve uma conciliação, tendo tanto a Companhia, quanto o Estado de São Paulo, apresentado pedido de suspensão do processo por mais 60 dias, a fim de dar continuidade às negociações. Em 23 de maio de 2014, a Companhia apresentou um novo pedido de suspensão do processo por 90 dias, tendo em vista que as negociações com o Estado de São Paulo avançaram. Esse novo pedido foi apresentado antes de uma decisão relativa à suspensão de 60 dias anteriormente requerida por ambas as partes.

Em 14 de agosto de 2014, foi aceito pelo juízo o pedido de suspensão do processo por 90 dias. Em 17 de abril de 2015, após o juízo solicitar à Companhia e ao Estado de São Paulo a apresentação de uma manifestação acerca da conclusão do período de suspensão, a Companhia apresentou novo pedido de suspensão do processo por adicionais 90 dias, considerando que as negociações com o Estado de São Paulo avançaram positivamente.

Em 14 de julho de 2015, foi realizada audiência de conciliação, que restou infrutífera. Ambas as partes solicitaram a suspensão do processo por 30 dias, visando estudar opções para cumprimento da obrigação de expansão de capacidade. As partes solicitaram também a análise do requerimento de produção de provas, se houver, e o julgamento da ação. Assim, o juízo determinou a suspensão do processo até 14 de agosto de 2015. Em 20 de agosto de 2015, a Companhia

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

apresentou petição informando que não foi obtido acordo, solicitando a produção de provas, especialmente pericial.

Por fim, é importante destacar que eventual atraso no cumprimento da obrigação de expansão, após a definição de seu prazo pelo juízo, poderá resultar em multa a ser solicitada pelo Governo do Estado. Entretanto, não há ainda a certeza que o Estado terá seu pedido atendido pelo Poder Judiciário. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é classificada como possível.

**Novos projetos vinculados à obrigação de expansão**

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia estuda a viabilidade de implantar uma termoeétrica a gás natural, com capacidade instalada líquida de aproximadamente 503 MW.

O empreendimento, localizado no município de Canas no Estado de São Paulo e denominado Termo São Paulo, tem sua Licença Ambiental Prévia em vigor e válida até outubro de 2016, tendo sido emitida no dia 20 de outubro de 2011 pela Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e Controle de Poluição das Águas – CETESB.

Em 30 de novembro de 2011, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo ajuizaram ação civil pública contra o Estado de São Paulo, a Companhia e a CETESB, argumentando a nulidade do procedimento de licenciamento ambiental e solicitando em pedido liminar a suspensão dos efeitos da Licença Ambiental Prévia, o que foi concedido pelo Judiciário em 30 de março de 2012.

Em 23 de abril de 2012, a Companhia voluntariamente se deu por intimada para apresentação dos recursos cabíveis contra a decisão.

Em 15 de maio de 2012, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu a liminar que suspendia os efeitos da Licença Ambiental Prévia emitida pela CETESB e, em 31 de janeiro de 2013, o Tribunal julgou o recurso favoravelmente à Companhia mantendo, desta forma, os efeitos da Licença Ambiental Prévia.

Em 14 de março de 2013, a Defensoria Pública apresentou pedido de esclarecimentos, argumentando que a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo não considerou expressamente algumas legislações ambientais.

Em 27 de junho de 2013, o pedido de esclarecimento foi considerado descabido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, sob fundamento de que todos os pontos relevantes para julgamento da demanda foram analisados e que não há ofensa aos dispositivos legais ambientais.

Em 20 de agosto de 2013, a Defensoria Pública interpôs recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão do Tribunal de

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Justiça de São Paulo favorável à Companhia que manteve os efeitos da Licença Prévia.

Em 29 de janeiro de 2015, os recursos apresentados pela Defensoria buscando reativação da Liminar para suspender a Licença Ambiental não foram admitidos. Em 18 de março de 2015, foi proferida decisão favorável à Companhia em 1ª instância. A Ação Civil Pública foi julgada improcedente, sob os fundamentos de que: (i) houve legalidade no procedimento de licenciamento ambiental; e (ii) foi comprovada, por meio de estudos técnicos realizados e aprovados pelos órgãos ambientais (CONSEMA e CETESB), a viabilidade ambiental do empreendimento.

Em junho de 2015 foram interpostos Recurso de Apelação pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público. Em 16 de julho de 2015 a Companhia apresentou contrarrazões aos Recursos de Apelação interpostos pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público e aguarda julgamento.

Com base na decisão de 1ª instância que julgou a Ação Civil Pública improcedente, a Companhia e seus assessores jurídicos externos reavaliaram o prognóstico de perda da ação, o qual foi alterado de possível para remoto.

A Companhia segue buscando alternativas para o fornecimento de gás, incluindo a alternativa de compra de GNL no mercado internacional, para que desta forma esteja apta para participar de leilões de energia nova ao longo de 2016. A licença de instalação será solicitada quando da assinatura de um contrato de venda de energia pelo projeto.

Além do projeto supracitado, a Companhia adquiriu, em 27 de março de 2012, a opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade instalada líquida de 579 MW, a ser instalada no município de Araraquara no Estado de São Paulo – Termo Araraquara. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da Companhia.

Caso os dois projetos sejam executados simultaneamente, a Companhia acredita que exista potencial de sinergia e redução de custos de construção e compra do gás. O desenvolvimento do projeto Termo Araraquara, assim como da Termo São Paulo, depende da obtenção de um contrato de fornecimento de gás. Até 31 de dezembro de 2015, a Companhia não conseguiu firmar contrato de fornecimento de gás.

Adicionalmente, contribuem para o cumprimento da meta de Obrigação de Expansão a PCH São Joaquim 3 MW e a PCH São José 4 MW, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 2.2 Dados sobre as subsidiárias cindidas

A Companhia apresenta a seguir dados das subsidiárias consolidadas até 31 de dezembro de 2015. Conforme mencionado anteriormente, após a efetivação da reorganização societária em 31 de dezembro de 2015, a Companhia deixou de possuir investimentos em outras sociedades (eventos de cisão e incorporação).

A AES Tietê não será demonstrada nos dados a seguir visto que a mesma foi incorporada pela Companhia, a qual assumiu as atividades então desenvolvidas pela incorporada.

### **Distribuição de energia**

**Eletropaulo** – A Eletropaulo é uma companhia de capital aberto, de direito privado, com sede em Barueri, Estado de São Paulo, controlada diretamente pela AES Elpa, e está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

### **Geração de energia**

**AES Uruguaiana** – Companhia de capital fechado, de direito privado, sediada na cidade de Uruguaiana, à Rodovia BR 472, Km 576, Estado do Rio Grande do Sul, e tem por objeto social a produção e a comercialização de energia termoeletrica e as atividades relacionadas a esse objeto, tais como a instalação e implantação de projetos de produção independente de energia, a operação e manutenção de usinas termoeletricas, obras e edificações correlatas e a compra e importação de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A AES Uruguaiana está autorizada a funcionar como Produtora Independente de Energia Elétrica por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 180. A autorização tem prazo de 30 anos, contados a partir de 26 de junho de 1997.

Atualmente a AES Uruguaiana está com suas atividades paralisadas devido à falta de fornecimento de gás.

### **Prestadora de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica**

**AES Serviços** – A receita da AES Serviços é principalmente atribuída à prestação de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica. Os principais serviços realizados são com a Eletropaulo, dos quais vale destacar: (i) prestação de serviços técnicos comerciais de corte, religação, modificação, aferição, verificação e ligação de energia elétrica; (ii) prestação de serviços contínuos de construção (montagem e desmontagem), manutenção e reforma de redes e linhas aéreas de distribuição; (iii)

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

prestação de serviços de operação de atendimento de lojas, para o recebimento de solicitações de serviços comerciais e técnicos, fornecimento de informações e atendimento de reclamações.

***Holding***

**AES Elpa** - Sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio com sede em Barueri, Estado de São Paulo. A AES Elpa é a controladora da Eletropaulo.

### **3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

Em 22 de fevereiro de 2016, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

#### **3.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis individuais da controladora, identificadas como “Controladora” ou “Individuais”, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição em janeiro de 2009.

#### **3.2 Base de preparação e apresentação**

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Os dados quantitativos, tais como volumes e números de unidades consumidoras, não foram objeto de auditoria dos auditores independentes.

### **3.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

#### **(a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Não houve alteração da moeda funcional devido à reorganização societária.

#### **(b) Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

## **4 Políticas contábeis e estimativas**

---

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. As políticas e estimativas utilizadas pela incorporada AES Tietê são similares às adotadas pela Companhia. Desta forma, não houve mudança de política ou estimativa devido à reorganização.

### **4.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual de receber caixa ou outro instrumento financeiro, direito contratual de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições. Os principais ativos financeiros da Companhia são:

#### **(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “investimentos de curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve nenhuma alteração no valor justo.

**(b) Consumidores e revendedores e outras contas a receber**

A Companhia classifica os saldos de consumidores e revendedores e outras contas a receber como instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva (“custo amortizado”) e podem ser reduzidos por ajustes de créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber de consumidores e revendedores incluem valores referentes aos serviços de suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

**(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado atualmente pela Companhia para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento.

**(d) Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros**

Ativos financeiros são analisados, em bases trimestrais, para identificar eventuais mudanças que possam indicar redução no seu provável valor de recuperação (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento de maneira significativa ou prolongada.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**(e) Baixa de ativos financeiros**

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, elas mantêm esse ativo financeiro e reconhecem um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

**4.2 Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado da incorporada AES Tietê foram avaliados ao custo atribuído (“*deemed cost*”) na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, em 1º de janeiro de 2009, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados. A vida útil dos bens foi revisada em conjunto com a valorização dos ativos ao seu custo atribuído.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente. Esta taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2015.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A estimativa do valor residual do imobilizado leva em consideração a melhor estimativa da Administração da Companhia, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação aplicável para concessões no tocante ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração, e não amortizados ao final da concessão.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre as debêntures, empréstimos e financiamentos ao custo do ativo imobilizado em curso,

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado até a data em que o ativo subjacente esteja disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa mensal das debêntures aplicada sobre o ativo imobilizado em curso do mês; (c) os juros totais capitalizados não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo imobilizado aos quais foram incorporados. Os juros capitalizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão apresentados na nota explicativa nº 26.

#### **4.3 Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A Companhia não possui ativos intangíveis de vida útil indefinida, para os quais seria requerida a realização de teste de recuperabilidade.

O principal ativo intangível compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público (UBP) na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos.

A amortização do uso do bem público (UBP) é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de “Outras receitas e custos”, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### **4.4 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração (ativos não financeiros)**

A Administração revisa, no mínimo, trimestralmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não identificou nenhum evento, através de informações extraídas de fontes internas e externas, indicando a existência de eventuais perdas por redução ao provável valor recuperável dos ativos.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor de uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios da Companhia considera que todas as usinas compõem uma única unidade geradora de caixa.

Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

#### **4.5 Provisões para processos judiciais e outros**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

#### **4.6 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Conforme descrito na nota explicativa nº 29.2, a Companhia classifica fornecedores, debêntures, arrendamento financeiro, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar como passivos financeiros. Todos os passivos financeiros estão reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

##### Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

##### Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### **4.7 Derivativos embutidos**

Os derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou contratos, quando existentes, são tratados como um derivativo quando seus riscos e características não forem estritamente relacionados aos dos contratos principais e esses contratos não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não identificou nenhum derivativo embutido em seus contratos.

#### **4.8 Impostos sobre as vendas**

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo), sobre venda de energia elétrica e prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo) e 7,60% (regime não cumulativo) sobre a venda de energia elétrica e prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com os clientes a serem faturados: diferimento no caso de geração ou distribuição e faturamento com a alíquota interna para os demais clientes;
- Imposto sobre Serviços (ISS) - 2% incidente sobre a prestação de serviços.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis. A alíquota de PIS e COFINS aplicada ao contrato bilateral com a sociedade sob controle comum, a Eletropaulo, foi de 3,65% (regime cumulativo).

#### **4.9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

##### **(a) Imposto de renda e contribuição social correntes**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

**(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requerem uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia.

Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia reconhece um acréscimo no imposto diferido ativo proporcionalmente a esses lucros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### **4.10 Benefícios a empregados**

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo método de crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas (taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, crescimento salarial dos participantes ativos etc.) revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício, ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação atuarial.

O ativo ou passivo líquido do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (FUNCESP). O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reembolso ou de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

#### **4.11 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

#### **4.12 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante**

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.

#### **4.13 Distribuição de dividendos**

Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, no Patrimônio Líquido. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da mais valia no ativo imobilizado (custo atribuído), tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra no passivo circulante o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social, ao passo que registra a proposta da Administração da Companhia de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de “lucros (prejuízos) acumulados” para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

#### **4.14 Reconhecimento da receita**

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

##### **(a) Receita de suprimento de energia elétrica**

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

##### **(b) Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal aplicado, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

#### **4.15 Contratos de arrendamento**

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Nos contratos de arrendamento mercantil classificados como operacional, os pagamentos são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

#### **4.16 Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade total de ações em circulação.

As ações preferenciais e ordinárias da Companhia possuem direitos econômicos equivalentes.

#### **4.17 Segmento de negócios**

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tinha como atividade principal a participação direta ou indireta no capital de outras sociedades. Após a cisão parcial e incorporação, conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia se concentrou exclusivamente no segmento de geração de energia elétrica, representado pelas atividades da incorporada AES Tietê. Desta forma, não será apresentada nota específica de segmento de negócios.

#### **4.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

**(a) Benefícios de aposentadoria**

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

O plano de contribuição definida não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

Em relação ao plano de benefício definido, a Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria através de avaliação atuarial realizada em bases anuais e quando necessário, em períodos intermediários, com a ajuda de consultores especializados em serviços atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

**Taxa de desconto**

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Companhia considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração (tempo médio de pagamento futuro dos benefícios) da obrigação do benefício definido.

**Taxa de mortalidade**

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A FUNCESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**Aumento salarial, benefícios e inflação**

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

**Taxa esperada de retorno de ativos**

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

**(b) Vida útil dos bens do imobilizado**

A Companhia utiliza os critérios definidos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, e os preceitos do laudo de avaliação na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado. Consequentemente os valores residuais dos bens do imobilizado resultam da aplicação das vidas úteis definidas pela ANEEL e os resultantes valores residuais que incluem o projeto básico, espelhando o direito de indenização ao final do contrato de concessão com base na melhor estimativa da administração da Companhia, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação em vigor.

**(c) Provisão para processos judiciais e outros**

De acordo com a nota explicativa nº 4.5, a Companhia reconhece provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda.

As estimativas e premissas utilizadas no registro das provisões para processos judiciais e outros da Companhia são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

**(d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração**

A Companhia revisa, no mínimo, em bases trimestrais a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração (nota explicativa nº 4.4). O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período de concessão e não incluem atividades de

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

**(e) Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

**(f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na nota explicativa nº 4.1 (c).

**(g) Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 29.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**4.19 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações**

- (i) Revisão de Pronunciamentos Técnicos N° 08/2015 – Aprovado em 7 de agosto de 2015 e divulgado em 5 de novembro de 2015: Representa alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 01 (R1), CPC 04 (R1), CPC 06 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 20 (R1), CPC 21,(R1), CPC 22, CPC 26 (R1), CPC 27, CPC 28, CPC 29, CPC 31, CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) e CPC 45. Todas as alterações são para vigência a partir de 1° de janeiro de 2016 e de maneira geral, introduzem melhorias nos textos visando a uma melhor aplicação dos pronunciamentos em alinhamento às práticas contábeis internacionais.
- (ii) Os pronunciamentos e interpretações a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis. Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis:
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
  - IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes;
  - IFRS 16 - Lease;
  - Modificações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto;
  - Modificações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação;
  - Modificações à IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimentos dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis;
  - Modificações à IAS 27 – Método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas;
  - Modificações à IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture;
  - Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de investimento: Aplicando a exceção de consolidação;
  - Melhorias Anuais nas IFRSs ciclo 2012 – 2014.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**5 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2014
<b>Caixa e Equivalentes de caixa</b>			
Numerário disponível	558	66	7.653
Numerário em trânsito	-	-	113.975
CDB-DI (i)	-	-	22.566
Operação compromissada	-	-	73.440
<b>Subtotal</b>	<b>558</b>	<b>66</b>	<b>217.634</b>
<b>Investimentos de curto prazo</b>			
CDB-DI	117.851	59.141	318.049
Operação compromissada	605.242	249.100	1.187.136
Fundo de investimento	23.117	-	39.606
Títulos públicos	-	-	62.209
<b>Subtotal</b>	<b>746.210</b>	<b>308.241</b>	<b>1.607.000</b>
<b>Total</b>	<b>746.768</b>	<b>308.307</b>	<b>1.824.634</b>

O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015 está representado por operações de CDB, fundo de investimentos e operações compromissadas com liquidez diária e com rentabilidade média no exercício de 99,54% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (101,68% no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

**6 Consumidores e revendedores**

	Controladora	
	2015	2014
<b>Circulante</b>		
Contratos bilaterais	18.932	-
Mercado de curto prazo	8.765	-
<b>Subtotal</b>	<b>27.697</b>	<b>-</b>
<b>Não Circulante</b>		
Energia livre <sup>(i)</sup>	13.075	-
<b>Subtotal</b>	<b>13.075</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>40.772</b>	<b>-</b>

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	2014					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
	até 90 dias	mais de 90				
<b>CIRCULANTE</b>						
<b>Consumidores:</b>						
Residencial	209.975	217.640	36.126	463.741	(49.626)	414.115
Industrial	48.602	30.516	13.183	92.301	(6.109)	86.192
Comercial	179.243	51.411	945	231.599	(11.099)	220.500
Rural	89	28	21	138	-	138
<b>Poder público:</b>						
Federal	2.698	2.239	179	5.116	(291)	4.825
Estadual	10.407	1.732	107	12.246	(4)	12.242
Municipal	13.618	3.325	1.863	18.806	(82)	18.724
Iluminação pública	15.363	785	253	16.401	-	16.401
Serviço público	18.476	257	5.944	24.677	(963)	23.714
<b>Total - Faturado</b>	<b>498.471</b>	<b>307.933</b>	<b>58.621</b>	<b>865.025</b>	<b>(68.174)</b>	<b>796.851</b>
Não Faturado	587.482	-	-	587.482	-	587.482
<b>Total - Não Faturado</b>	<b>587.482</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>587.482</b>	<b>-</b>	<b>587.482</b>
<b>Total</b>	<b>1.085.953</b>	<b>307.933</b>	<b>58.621</b>	<b>1.452.507</b>	<b>(68.174)</b>	<b>1.384.333</b>
<b>Revendedores, concessionárias e permissionárias:</b>						
Encargos de uso da rede	60	-	-	60	-	60
Revendedores	5.014	-	4.248	9.262	(4.248)	5.014
Energia no curto prazo - CCEE	351.782	-	-	351.782	-	351.782
Energia livre	13.075	-	-	13.075	-	13.075
Ressarcimento - Leilões de energia	8.614	-	-	8.614	-	8.614
<b>Total</b>	<b>378.545</b>	<b>-</b>	<b>4.248</b>	<b>382.793</b>	<b>(4.248)</b>	<b>378.545</b>
<b>Total - CIRCULANTE</b>	<b>1.464.498</b>	<b>307.933</b>	<b>62.869</b>	<b>1.835.300</b>	<b>(72.422)</b>	<b>1.762.878</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
<b>Revendedores, concessionárias e permissionárias:</b>						
Energia no curto prazo - CCEE	33.121	-	-	33.121	-	33.121
<b>Total - NÃO CIRCULANTE</b>	<b>33.121</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33.121</b>	<b>-</b>	<b>33.121</b>
<b>Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.497.619</b>	<b>307.933</b>	<b>62.869</b>	<b>1.868.421</b>	<b>(72.422)</b>	<b>1.795.999</b>

- (i) A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento.

A Companhia apurou e contabilizou saldos a receber e a pagar, com base na emissão dos despachos ANEEL nº 2.517/10, 1.068/11 e 1.469/11. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui saldo a pagar de R\$948 e a receber de R\$13.075.

Os recebimentos e pagamentos referentes à energia livre estão condicionados à decisão no final do mandado de segurança impetrado pela ABRADDEE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente. A Companhia não requer garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionadas à energia livre.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 7 Tributos e contribuições sociais compensáveis

### 7.1 Imposto de renda e contribuição social compensáveis

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2014
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
Contribuição social	3	-	4.376
Imposto de renda	2.004	20.096	33.270
Imposto de renda retido na fonte	20.508	5.187	25.163
<b>Total</b>	<b>22.515</b>	<b>25.283</b>	<b>62.809</b>

De acordo com o protocolo de cisão, os créditos tributários no montante de R\$12.495 permaneceram na Companhia tendo em vista a impossibilidade de transferência de saldos através de cisão, já que os mesmos estão vinculados à pessoa jurídica que os originaram.

### 7.2 Outros tributos compensáveis

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2014
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
INSS	-	-	1.231
ICMS	-	-	71.042
ICMS - Diferença de alíquota	-	-	25.026
ICMS - Compra de créditos	-	-	8.850
PIS	20.343	-	12.551
COFINS	93.268	-	57.816
Outros	120	-	164
<b>Subtotal</b>	<b>113.731</b>	<b>-</b>	<b>176.680</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>			
ICMS	789	-	42.084
<b>Subtotal</b>	<b>789</b>	<b>-</b>	<b>42.084</b>
<b>Total</b>	<b>114.520</b>	<b>-</b>	<b>218.764</b>

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 8 Tributos e contribuições sociais diferidos

### 8.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora			
	Balanco Patrimonial		Resultado	
	2015	2014	2015	2014
<b>O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:</b>				
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.191	-	-	-
Provisão para processos fiscais	1.089	-	-	-
Provisão para processos trabalhistas	2.335	-	-	-
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos - nota 1 (ii)	2.027	-	-	-
Provisão para processos cíveis	11.471	-	-	-
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	9.403	-	-	-
Provisões de meio ambiente	3.627	-	-	-
Ativo imobilizado - custo atribuído	(474.252)	-	-	-
Ativo intangível - uso do bem público	(12.805)	-	-	-
Prejuízo Fiscal e Base Negativa (*)	92.055	48.353	43.702	8.712
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	(1.288)	-	-	-
Outras	(16.964)	(3.179)	(935)	(769)
<b>Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			<b>42.767</b>	<b>7.943</b>
<b>Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido</b>	<b>(381.111)</b>	<b>45.174</b>		
Tributos diferidos ativos	129.960	48.353		
Tributos diferidos passivos	(511.071)	(3.179)		
<b>Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido</b>	<b>(381.111)</b>	<b>45.174</b>		

Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	Consolidado
	Balanco Patrimonial
	2014
Provisão de benefício a empregados	298.559
Provisão para processos judiciais e outros	163.607
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67.598
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.123.075)
Ajustes de avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	525.175
Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa	123.323
Atualização do ativo financeiro de concessão	(53.162)
Diferença na taxa de depreciação/amortização	94.837
Ativo intangível - uso do bem público	(13.720)
Alienação de imóvel	(24.129)
Outros	(21.284)
<b>Total consolidado</b>	<b>37.729</b>

Tributos Diferidos	2014					
	Brasiliana	Elpa	Eletropaulo	Tietê	AES Serviços	Consolidado Total
Ativo	48.353	-	1.251.923	31.974	4.301	1.336.551
Passivo	(3.179)	(1.879)	(752.072)	(541.692)	-	(1.298.822)
<b>Total líquido</b>	<b>45.174</b>	<b>(1.879)</b>	<b>499.851</b>	<b>(509.718)</b>	<b>4.301</b>	<b>37.729</b>

Composição das rubricas:-

<b>Ativo</b>	45.174	-	499.851	-	4.301	<b>549.326</b>
<b>Passivo</b>	-	(1.879)	-	(509.718)	-	<b>(511.597)</b>

(\*) O ativo fiscal diferido relacionado ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição no montante de R\$48.353 não foi cindido para a Brasileira Participações, sendo então dividido com os acionistas minoritários quando da incorporação da AES Tietê. Adicionalmente, após o evento da incorporação, a Companhia constituiu crédito tributário adicional no montante de R\$43.702 devido ao aumento da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. Desta forma,

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

devido à reorganização, houve aumento de tributo diferido ativo no montante total de R\$92.055.

O saldo de tributo diferido passivo, registrado na Companhia antes da incorporação, correspondia a R\$4.114 e referia-se, principalmente, à atualização de saldo de depósitos judiciais. Com a cisão parcial, tanto a provisão para processo judicial e o depósito correspondente foram transferidos para a Brasileira Participações (vide nota explicativa nº 1). Desta forma, o saldo do diferido passivo também foi objeto de cisão.

## 8.2 Estimativa de recuperação de créditos

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros aprovado pela Administração, segue abaixo estimativa de realização dos tributos diferidos ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	<b>Tributos e contribuições sociais diferidos</b>	<b>Tributos a recuperar (*)</b>	<b>Total</b>
2016	74.733	20.187	94.920
2017	34.934	18.736	53.670
2018	13.289	17.340	30.629
2019	307	16.089	16.396
2020 a 2022	921	41.349	42.270
2023 a 2025	4.548	32.767	37.315
2026 a 2029	1.228	33.392	34.620
<b>Total</b>	<b>129.960</b>	<b>179.860</b>	<b>309.820</b>

(\*) A estimativa de realização de tributos a recuperar registrados no ativo não circulante foi definida através de Ofício ANEEL – Maiores detalhes sobre a natureza desse crédito tributário estão descritos na nota explicativa nº 9.

Em 28 de janeiro de 2016, o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho fiscal.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 9 Tributos a recuperar - ativo não circulante

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações do ágio da controladora AES Gás Ltda., da AES Tietê Participações S.A. e da AES Brazilian Energy Holdings e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos estavam assim representados:

	Controladora			Consolidado	
	2015			2014	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>AES Brazilian Energy Holdings Ltda. (*)</b>					
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>319.564</b>	<b>(210.912)</b>	<b>108.652</b>	-	-
<b>AES Gás Ltda.</b>					
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	-	266.740
Amortização acumulada	(616.323)	412.441	(203.882)	-	(196.255)
<b>Subtotal</b>	<b>191.981</b>	<b>(129.123)</b>	<b>62.858</b>	-	<b>70.485</b>
<b>AES Tietê Participações S.A.</b>					
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	-	28.023
Amortização acumulada	(57.862)	38.189	(19.673)	-	(18.656)
<b>Subtotal</b>	<b>24.558</b>	<b>(16.208)</b>	<b>8.350</b>	-	<b>9.367</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>536.103</b>	<b>(356.243)</b>	<b>179.860</b>	-	<b>79.852</b>

(\*) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1 (i), este saldo representa o benefício fiscal correspondente ao ágio gerado quando da incorporação da AES Brazilian Energy Holdings pela AES Tietê. O saldo é composto pelos ágios transferidos na incorporação e pela provisão representativa da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização constituída nos termos do art. 6º da Instrução CVM 319/99. O benefício fiscal somente trará benefícios para a Companhia a partir de 01 de janeiro de 2016, quando ocorrer a respectiva amortização. Vale ressaltar que esta amortização traz impacto nulo no resultado, visto que a amortização do ágio, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo período. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

O montante de benefício fiscal já utilizado pela Companhia e, portanto, disponível para capitalização é de R\$150.574 em 31 de dezembro de 2015.

A movimentação não está sendo apresentada visto que os saldos refletem exatamente os valores incorporados da AES Tietê em 31 de dezembro de 2015.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 10 Outros créditos

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2014
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
Contribuição p/ o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	-	-	45.185
Cauções e depósitos vinculados	612	-	29.641
Valores a receber na alienação de imóvel	-	-	49.726
Alienação de bens e direitos	626	-	9.916
Repasse CDE - Descontos na tarifa	-	-	114.669
Serviços prestados	-	-	29
Outros	302	437	11.208
<b>Total</b>	<b>1.540</b>	<b>437</b>	<b>260.374</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(898)
<b>Saldo Líquido de PCLD</b>	<b>1.540</b>	<b>437</b>	<b>259.476</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Financiamento à Cesp	-	-	5.752
Conta garantida - alienação de investimentos	-	210	-
Direito do uso do gás	-	-	61.175
Programa Reluz - PMSBC	-	-	3.728
Valores a receber na alienação de imóvel	-	-	40.659
Bens e direitos destinados à alienação	-	-	27.552
Outros	43	-	16.540
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>210</b>	<b>155.406</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(12.609)
<b>Saldo Líquido de PCLD</b>	<b>43</b>	<b>210</b>	<b>142.797</b>

## 11 Investimentos

Após a reorganização, a Companhia deixou de possuir qualquer participação em outras sociedades, de forma que as participações registradas na rubrica Investimentos em 31 de dezembro de 2014 deixaram de ser relevantes para seus negócios, uma vez que foram transferidas para a Brasileira Participações S.A., com exceção da AES Tietê que foi incorporada pela Companhia.

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2014
Participações societárias permanentes:			
Valor patrimonial	-	1.560.173	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	429.200	-
Ajuste de avaliação patrimonial em controlada - AES Eletropaulo	-	226.671	-
Ajuste de avaliação patrimonial em controlada - AES Tietê	-	516.930	-
Efeito reflexo (perda) atuarial de controladas	-	(355.087)	-
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>2.377.887</b>	<b>-</b>
Imóveis destinados a uso futuro	-	-	4.707
Outros	-	-	4.062
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>2.377.887</b>	<b>8.769</b>

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Composição dos investimentos	AES Tietê	AES Elpa	AES Uruguaiana	AES Eletropaulo	AES Serviços	Total
<b>Participação direta</b>						
31.12.2014	52,55%	98,26%	100,00%	4,44%	100,00%	
31.12.2015	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
<b>Valor do capital social</b>						
31.12.2014	207.227	958.782	8.562	1.257.629	29.172	
31.12.2015	207.227	958.782	8.562	1.257.629	29.172	
<b>Patrimônio Líquido</b>						
31.12.2014	1.130.133	980.768	39.636	2.548.605	5.778	
% de participação	52,55%	98,26%	100,00%	4,44%	100,00%	
Saldo do investimento	593.829	963.673	39.636	113.224	5.778	1.716.140
Reserva especial de ágio	232.547	-	-	-	-	232.547
Recursos destinados a aumento de capital	-	429.200	-	-	-	429.200
<b>Valor do investimento em 31.12.2014</b>	<b>826.376</b>	<b>1.392.873</b>	<b>39.636</b>	<b>113.224</b>	<b>5.778</b>	<b>2.377.887</b>

Movimentação dos investimentos	AES Tietê	AES Elpa	AES Uruguaiana	AES Eletropaulo	AES Serviços	Total
<b>Saldo em 31.12.2013</b>	<b>1.046.882</b>	<b>1.537.465</b>	<b>36.938</b>	<b>124.817</b>	<b>3.912</b>	<b>2.750.014</b>
Equivalência patrimonial - operações continuadas	227.899	-	-	-	-	227.899
Equivalência patrimonial - operações descontinuadas	-	(86.626)	5.397	(5.777)	1.866	(85.140)
Dividendos declarados	(448.999)	(19.496)	(2.699)	-	-	(471.194)
Dividendos e JSCP prescritos	365	3.254	-	276	-	3.895
Efeito reflexo de cálculo atuarial de controladas	229	(41.724)	-	(6.092)	-	(47.587)
<b>Saldo em 31.12.2014</b>	<b>826.376</b>	<b>1.392.873</b>	<b>39.636</b>	<b>113.224</b>	<b>5.778</b>	<b>2.377.887</b>
Equivalência patrimonial - operações continuadas	379.265	-	-	-	-	379.265
Equivalência patrimonial - operações descontinuadas	-	(15.261)	40.307	4.563	970	30.579
Dividendos declarados	(132.792)	-	(49.516)	(1.940)	-	(184.248)
Dividendos e JSCP prescritos	367	1.133	-	142	-	1.642
Reserva especial de ágio - incorporação da AES Brazilian Energy Holdings	108.652	-	-	-	-	108.652
Efeito reflexo de cálculo atuarial de controladas	142	63.254	-	9.235	-	72.631
<b>Subtotal - Valor dos investimentos antes da reorganização</b>	<b>1.182.010</b>	<b>1.441.999</b>	<b>30.427</b>	<b>125.224</b>	<b>6.748</b>	<b>2.786.408</b>
<u>Efeitos da reorganização societária</u>						
Efeitos da cisão parcial	-	(1.441.999)	(30.427)	(125.224)	(6.748)	(1.604.398)
Redução de capital - reserva especial de ágio	(341.198)	-	-	-	-	(341.198)
Efeitos da incorporação	(840.812)	-	-	-	-	(840.812)
<b>Saldo em 31.12.2015</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado do exercício</b>						
31.12.2015						
Lucro (prejuízo) líquido das controladas no exercício	726.337	(15.532)	40.307	101.136	970	

## 12 Imobilizado

### a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Controladora			Consolidado	
	2015		2014	2014	
Taxas médias anuais de depreciação (%) <sup>(*)</sup>	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	410.783	-	410.783	408.163
Reservatórios, barragens e adutoras	3,2%	2.881.635	(1.670.878)	1.210.757	1.283.804
Termoelétrica	4,3%	-	-	-	225.482
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,1%	651.069	(440.002)	211.067	221.771
Peças sobressalentes	3,4%	-	-	-	133.217
Materiais em depósito	0,0%	-	-	-	14.794
Máquinas e equipamentos	3,0%	1.788.812	(638.710)	1.150.102	995.332
Veículos	12,2%	8.456	(4.424)	4.032	5.095
Móveis e utensílios e outros	5,1%	4.949	(3.202)	1.747	2.963
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>5.745.704</b>	<b>(2.757.216)</b>	<b>2.988.488</b>	<b>3.290.621</b>
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos (terrenos)		(3.000)	-	(3.000)	-
Imobilizado em curso <sup>(1)</sup>		161.789	-	161.789	237.187
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099	2.099
<b>Bens vinculados à concessão</b>		<b>5.901.811</b>	<b>(2.757.216)</b>	<b>3.144.595</b>	<b>3.525.126</b>
Equipamentos de informática (Arrendamento financeiro)	25,0%	1.752	(989)	763	12.577
<b>Total Imobilizado</b>		<b>5.903.563</b>	<b>(2.758.205)</b>	<b>3.145.358</b>	<b>3.537.703</b>

(1) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, por gastos com a modernização em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (\*) A taxa média é calculada considerando o saldo inicial, as adições e as baixas realizadas durante o exercício.

A movimentação não está sendo apresentada visto que os saldos refletem exatamente os valores incorporados da AES Tietê em 31 de dezembro de 2015.

**(b) Dos bens vinculados à concessão**

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O saldo dos bens vinculados à concessão é de R\$3.144.595 em 31 de dezembro de 2015.

**(c) Obrigações especiais (valor originário da cisão da CESP)**

Referem-se às contribuições recebidas do consumidor para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

**(d) Características do contrato de concessão**

Em 20 de dezembro de 1999, foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 (ANEEL – Tietê) com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio das centrais geradoras descritas na nota explicativa nº 1 e das instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras.

O prazo de vigência do contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL deverá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica seja comercializada pela Concessionária tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observadas as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica.

O contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato; do Edital de Privatização; da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos; à manutenção das operações; dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado; bem como observar as regulamentações setoriais, ambientais (obrigação de reflorestamento, preservação das margens, povoamento de peixes, entre outros) e a legislação vigente aplicáveis à Companhia de modo a

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da exploração dos aproveitamentos hidrelétricos.

A subcláusula 2ª da cláusula 11 do contrato de concessão estabelece que no advento do termo final do contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Conforme requerida, a Companhia, através de aditivo, providenciará as alterações no referido contrato de concessão, refletindo os efeitos da reorganização societária efetivada em 31 de dezembro de 2015. A assinatura do novo aditivo contempla a substituição da AES Tietê por sua sucessora universal, AES Tietê Energia, considerando que a AES Tietê, foi extinta por incorporação nos termos do Art. 219, II da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, apenas formalizando a transação da incorporação. Os demais aspectos do referido contrato permanecem inalterados. Conforme mencionado anteriormente, a ANEEL aprovou a reorganização por meio da Resolução Autorizativa nº 5.433 de 25 de agosto de 2015.

### 13 Intangível

A composição da conta intangível é a seguinte:

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2014
<b><u>Ativo intangível - bens da concessão - controlada Eletropaulo</u></b>			
Custo	-	-	6.895.634
Amortização	-	-	(1.850.180)
<b>Total do ativo intangível da concessão</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.045.454</b>
 <b><u>Uso do bem público</u></b>			
Custo	73.174	-	73.174
Amortização	(35.511)	-	(32.821)
<b>Total do ativo intangível - uso do bem público</b>	<b>37.663</b>	<b>-</b>	<b>40.353</b>
<b>Ativo Intangível gerado na aquisição da concessão (**)</b>	<b>-</b>	<b>931.161</b>	<b>1.538.624</b>
<b><u>Outros intangíveis (*)</u></b>			
Custo	54.283	-	49.662
Amortização	(16.681)	-	(10.936)
<b>Total dos outros intangíveis</b>	<b>37.602</b>	<b>-</b>	<b>38.726</b>
<b>Total intangível</b>	<b>75.265</b>	<b>931.161</b>	<b>6.663.157</b>

(\*) Refere-se basicamente a softwares, que possuem taxa média de amortização de 20%.

(\*\*) Os valores registrados como ativo intangível de concessão em 31 de dezembro de 2014 eram decorrentes de aquisição de participação em controladas que, anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade, estavam classificados como ágio. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, o ativo intangível gerado na aquisição da concessão relacionado aos investimentos na Eletropaulo e AES Elpa foi cindido para a Brasileira

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Participações. Em relação ao investimento na AES Tietê, o mesmo foi objeto de transferência através da redução de capital. Desta forma, os saldos em 31 de dezembro de 2015 refletem exatamente os valores incorporados da AES Tietê. Conforme mencionado anteriormente, a partir de 01 de janeiro de 2016 a amortização do ativo intangível gerado na aquisição de concessão não trará impactos no resultado da Companhia.

O uso do bem público (UBP) foi pago pela incorporada AES Tietê no período de 2000 a 2004. Os valores pagos foram registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

## 14 Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2014
<b>CIRCULANTE</b>			
Itaipu	-	-	234.128
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	189.652
Leilão - CCEAR	-	-	387.737
Energia de curto prazo e energia livre <sup>(i)</sup>	297.856	-	501.577
Uso e Conexão de Rede Básica	-	-	73.530
Encargos do Serviço do Sistema - ESS - EER	-	-	35.418
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	6.575	-	10.477
Conexão à Rede Básica	-	-	3.676
Uso do Sistema de Distribuição	-	-	1.043
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	2.255	-	1.927
Operador Nacional do Sistema - ONS	-	-	3.513
<b>Subtotal</b>	<b>306.686</b>	<b>-</b>	<b>1.442.678</b>
Materiais e Serviços	45.337	227	309.820
Materiais e Serviços - partes relacionadas - nota nº 28	53	-	381
<b>Total</b>	<b>352.076</b>	<b>227</b>	<b>1.752.879</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	-	-	70887
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>70.887</b>
<b>Total Geral</b>	<b>352.076</b>	<b>227</b>	<b>1.823.766</b>

- (i) Conforme nota explicativa nº 29.4 (c.2), o valor a pagar em 31 de dezembro de 2015 referente à liminar obtida na discussão do rebaixamento é de R\$208.175, processado pela Câmara de Comercialização de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Contudo, como a discussão encontra-se em andamento, a Companhia não reconheceu este ganho em seu resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, sendo o valor em discussão registrado como obrigação na rubrica Fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia contratou 13 cartas de fiança no valor de R\$120.268 e 3 seguros garantia no valor de R\$2.344, totalizando uma importância segurada de R\$122.612, com custo de 0,25% a 2,50% a.a. Os valores referentes às garantias estão registrados como despesas pagas antecipadamente.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Estas garantias têm como objetivo principal de cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

## 15 Tributos e contribuições sociais a pagar

### 15.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2014
<b>CIRCULANTE</b>			
<u>Federais</u>			
Imposto de renda	227.141	-	126.917
Contribuição social	73.559	-	35.507
<b>Total</b>	<b>300.700</b>	<b>-</b>	<b>162.424</b>

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimento por estimativa mensal, com o ajuste anual em dezembro de cada ano calendário. Os valores de imposto de renda e contribuição social a recolher por estimativa e ajuste anual devem ser recolhidos no último dia útil do mês subsequente ao período de apuração e poderão ser deduzidos de impostos retidos na fonte de mesma natureza, dentro do mesmo ano calendário.

### 15.2 Outros tributos a pagar

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2014
<b>CIRCULANTE</b>			
<u>Federais</u>			
Pis	1.336	-	11.668
Cofins	6.166	-	53.757
IRRF a recolher	213	10	786
FGTS	479	-	(5)
INSS	1.896	-	2.191
Outros	1.010	25	10.407
	<b>11.100</b>	<b>35</b>	<b>78.804</b>
<u>Estaduais</u>			
ICMS	240	-	255.647
ICMS - parcelamento	-	-	226.128
	<b>240</b>	<b>-</b>	<b>481.775</b>
<u>Municipais</u>			
ISS	528	-	1.247
	<b>528</b>	<b>-</b>	<b>1.247</b>
<b>Total</b>	<b>11.868</b>	<b>35</b>	<b>561.826</b>

A Companhia está discutindo judicialmente os efeitos do Decreto 8.426/15 que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015, até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia vem compensando estes débitos com seus créditos de tributos federais, os quais estima recuperar até 2023, quando da decisão final da ação. Caso a Companhia tenha decisão final favorável, os créditos compensados serão devolvidos. As compensações, efetuadas até 31 de dezembro de 2015, somam R\$2.001 e referem-

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

se às competências de julho e dezembro. Os valores estão registrados como redutora das receitas financeiras.

## 16 Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

### 16.1 Os saldos de debêntures não conversíveis, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Controladora											
2015											
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa efetiva <sup>(i)</sup> (%)	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	Total circulante + não circulante
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
<b>Debêntures</b>											
Debêntures - 2ª Emissão (a) - Tietê	2019	CDI+1,50	8.940	-	(2.754)	6.186	498.000	(4.324)	493.676	498.882	-
Debêntures - 3ª Emissão (b) - Tietê	2020	114,61% do CDI	12.162	-	(1.307)	10.855	300.000	(3.706)	296.294	307.148	-
Debêntures - 4ª Emissão (1ª Série) (c) - Tietê	2016	CDI + 1,99%	843	143.500	(576)	143.767	-	-	-	143.767	-
Debêntures - 4ª Emissão (2ª Série) (c) - Tietê	2018	CDI + 2,35%	909	-	(222)	687	148.742	(391)	148.351	149.038	-
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série) (c) - Tietê	2020	IPCA + 9,91%	977	-	(2.189)	(1.212)	303.205	(10.956)	292.249	291.037	-
<b>Subtotal</b>			<b>23.831</b>	<b>143.500</b>	<b>(7.048)</b>	<b>160.283</b>	<b>1.249.947</b>	<b>(19.377)</b>	<b>1.230.570</b>	<b>1.390.853</b>	-
<b>Arrendamento financeiro</b>											
Arrendamento financeiro (d)	8,49 a 15,64		-	314	-	314	491	-	491	805	-
<b>Subtotal</b>			-	<b>314</b>	-	<b>314</b>	<b>491</b>	-	<b>491</b>	<b>805</b>	-
<b>Total da dívida</b>			<b>23.831</b>	<b>143.814</b>	<b>(7.048)</b>	<b>160.597</b>	<b>1.250.438</b>	<b>(19.377)</b>	<b>1.231.061</b>	<b>1.391.658</b>	-

Consolidado									
2014									
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa Efetiva (**)	Circulante				Não Circulante		
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>									
<i>Em moeda nacional</i>									
RELUZ - Eletrobrás - SBC - Eletropaulo	2015	5,00	-	440	-	440	-	-	-
BNDES - Fname - Eletropaulo	2016	8,70	8	1.528	-	1.536	637	-	637
FINEP - Eletropaulo	2020	4,00	106	3.621	-	3.727	44.270	-	44.270
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - Eletropaulo	2019	CDI+2,41	5.904	60.000	(3.494)	62.410	420.000	(7.543)	412.457
Notas promissórias - 2ª Emissão - Tietê	2015	CDI+1,29	1.448	500.000	(429)	501.019	-	-	-
Outros			275	-	-	275	-	-	-
<b>Total</b>			<b>7.741</b>	<b>565.589</b>	<b>(3.923)</b>	<b>569.407</b>	<b>464.907</b>	<b>(7.543)</b>	<b>457.364</b>
<b>Debêntures</b>									
Debêntures - 1ª Emissão - Tietê	2015	CDI+1,37	9.093	300.060	(159)	308.994	-	-	-
Debêntures - 2ª Emissão - Tietê	2019	CDI+0,89	7.132	-	(408)	6.724	498.000	(1.103)	496.897
Debêntures - 3ª Emissão - Tietê	2020	110,10% do CDI	9.790	-	(198)	9.592	300.000	(813)	299.187
Debêntures - 9ª Emissão - Eletropaulo	2018	CDI+2,98	11.039	75.000	(3.552)	82.487	175.000	(4.930)	170.070
Debêntures - 11ª Emissão - Eletropaulo	2018	CDI+2,24	4.090	-	(798)	3.292	200.000	(1.706)	198.294
Debêntures - 13ª Emissão - Eletropaulo	2020	CDI+2,28	5.645	40.000	(2.074)	43.571	320.000	(5.343)	314.657
Debêntures - 14ª Emissão - Eletropaulo	2021	CDI+1,90	6.512	-	(1.540)	4.972	600.000	(9.345)	590.655
Debêntures - 15ª Emissão - Eletropaulo	2018	CDI+1,98	20.692	-	(4.636)	16.056	750.000	(9.515)	740.485
Debêntures - 16ª Emissão - Eletropaulo	2015	CDI+2,52	19.907	350.000	(275)	369.632	-	-	-
<b>Total</b>			<b>93.900</b>	<b>765.060</b>	<b>(13.640)</b>	<b>845.320</b>	<b>2.843.000</b>	<b>(32.755)</b>	<b>2.810.245</b>
<b>Arrendamento financeiro</b>									
Arrendamento financeiro	8,40 a 13,90		-	3.661	-	3.661	9.933	-	9.933
<b>Total</b>			-	<b>3.661</b>	-	<b>3.661</b>	<b>9.933</b>	-	<b>9.933</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>101.641</b>	<b>1.334.310</b>	<b>(17.563)</b>	<b>1.418.388</b>	<b>3.317.840</b>	<b>(40.298)</b>	<b>3.277.542</b>

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

A movimentação não está sendo apresentada visto que os saldos refletem exatamente os valores incorporados da AES Tietê em 31 de dezembro de 2015.

### 16.2 As principais características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

(a) Debêntures – 2ª emissão: R\$498.000 em debêntures, ocorrida em 15 de maio de 2013, no mercado local, com prazo final em maio de 2019.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
			165.983
CDI + 0,79%	Semestrais	Anual	165.983
			166.034

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirografária. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio da 2ª Emissão de Debêntures foram destinados integralmente ao pré-pagamento da 1ª emissão de notas promissórias da Companhia (“Notas Comerciais”), no valor de R\$503.957, com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais.

Como parte do processo de incorporação da AES Tietê (nota explicativa nº 1), a Companhia obteve anuência prévia dos debenturistas, conforme deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) de 18 de setembro de 2015. Em consonância com o CPC 38, a Companhia avaliou que não houve modificação substancial nos termos das dívidas, dessa forma o custo referente à obtenção de anuência prévia (waiver fee – R\$5.976) concedida pelos debenturistas foi diferido e será amortizado pelo prazo de realização da debênture. Em consequência a taxa efetiva de juros sofreu uma alteração de 0,89% para 1,50%.

- (b) Debêntures – 3ª emissão: R\$300.000 em debêntures, ocorrida em 20 de março de 2014, no mercado local, com prazo final em março de 2020.

<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
			99.990
108,20% do CDI	Semestrais	Anual	99.990
			100.020

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirografária. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão de Debêntures foram utilizados para amortização da segunda parcela da 1ª emissão de debêntures da Companhia.

Como parte do processo de incorporação da AES Tietê (nota explicativa nº 1), a Companhia obteve anuência prévia dos debenturistas, conforme deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) de 18 de setembro de 2015. Em consonância com o CPC 38, a Companhia avaliou que não houve modificação substancial nos termos das dívidas, dessa forma o custo referente à obtenção de anuência prévia (waiver fee – R\$4.200) concedida pelos debenturistas foi diferido e será amortizado pelo prazo de realização da debênture. Em consequência a taxa efetiva de juros sofreu uma alteração de 110,10% do CDI para 114,61% do CDI.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Debêntures – 4ª emissão: R\$594.000 em debêntures, ocorrida em 15 de dezembro de 2015, no mercado local e em 3 séries, com vencimentos até dezembro de 2020.

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>	
(1ª série)	CDI + 1,55%	Semestrais	Única	143.500	Dezembro de 2016
(2ª série)	CDI + 2,15%	Semestrais	Anual	74.371	Dezembro de 2017
				74.371	Dezembro de 2018
(3ª série)	IPCA + 8,43%	Semestrais	Única	303.205	Dezembro de 2020

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirografária.

Os recursos captados com a emissão da 1ª e 2ª série, no valor total de R\$292.242, foram utilizados para a liquidação do saldo da dívida da 2ª Nota promissória com vencimento conforme prazo em 17 de dezembro de 2015.

Os recursos captados com a emissão da 3ª série, no valor de R\$301.758, serão destinados ao custeio de despesas já incorridas ou a incorrer com a finalidade de modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas: Água Vermelha, Barra Bonita, Bariri, Caconde, Euclides da Cunha, Ibitinga, Nova Avanhandava e Promissão. Para esta série, o saldo devedor será corrigido monetariamente pelo IPCA em uma base diária, sendo este montante incorporado ao saldo da dívida. Dessa forma, até 31 de dezembro de 2015, o saldo atualizado de principal era de R\$303.205.

- (d) Arrendamento financeiro – Referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo do arrendamento financeiro, em 31 de dezembro de 2015, registrado pela Companhia era de R\$805 no passivo e R\$763 no ativo.

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$763 em 31 de dezembro de 2015.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**16.3 Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao principal das debêntures, arrendamento financeiro e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:**

	Controladora			
	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$
2017	240.354	249	(6.507)	234.096
2018	340.344	194	(5.512)	335.026
2019	266.024	48	(4.138)	261.934
2020	404.672	-	(3.220)	401.452
	<b>1.251.394</b>	<b>491</b>	<b>(19.377)</b>	<b>1.232.508</b>

	Consolidado				
	Emprestimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2017	159.429	775.498	8.922	(17.997)	925.852
2018	160.876	1.052.608	6.687	(13.520)	1.206.651
2019	101.338	673.288	5.159	(7.700)	772.085
2020	36.649	771.936	4.070	(5.122)	807.533
Após 2020	20.419	368.064	7.843	(948)	395.378
	<b>478.711</b>	<b>3.641.394</b>	<b>32.681</b>	<b>(45.287)</b>	<b>4.107.499</b>

**16.4 Os indexadores utilizados para atualização das debêntures são o CDI e IPCA, conforme demonstrado abaixo:**

	2015	2014
CDI <sup>(i)</sup>	14,14%	11,57%
IPCA <sup>(ii)</sup>	10,67%	6,41%

(i) Índice do último dia útil do exercício

(ii) Índice acumulado nos últimos 12 meses

**16.5 Compromissos financeiros – “Covenants”**

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros nos contratos das debêntures.

Conforme definido nos contratos, a Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento (endividamento líquido): mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado <sup>(\*)</sup> dos últimos 12 meses. Este índice deve ser inferior a 3,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2015 este índice era de 0,5 vezes;

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Este índice deve ser superior a 1,75 vezes. Em 31 de dezembro de 2015 este índice era de 6,3 vezes.

O cálculo dos *covenants* em 31 de dezembro de 2015 leva em consideração a dívida líquida da Companhia, já com os efeitos da incorporação da AES Tietê, conforme reorganização societária. Para o cálculo do EBITDA ajustado, deve-se considerar o resultado operacional da AES Tietê consolidada antes dos efeitos da incorporação pela AES Tietê Energia no montante de R\$1.404.524.

Em 31 de dezembro de 2015, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia.

A não observância dos índices mencionados anteriormente, verificados trimestralmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2015 foram atendidos.

- (\*) EBITDA ajustado – significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil da Emissora na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada.

## 17 Obrigações estimadas

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2014
Férias	6.917	-	40.950
Encargos sociais sobre férias e gratificações	2.478	-	15.424
Participação nos lucros	6.444	-	45.928
Bônus	2.471	-	6.145
<b>Total Circulante</b>	<b>18.310</b>	<b>-</b>	<b>108.447</b>
Bônus	236	-	929
<b>Total Não Circulante</b>	<b>236</b>	<b>-</b>	<b>929</b>

## 18 Obrigações com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio do benefício definido são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

Ao final do exercício de 2015, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizado por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

O saldo registrado no ativo circulante no montante de R\$207 refere-se às contribuições realizadas pela Companhia, sendo que posteriormente, houve o desligamento de colaboradores (“fundo de sobra dos colaboradores desligados”), sem direito ao resgate de parte ou de todo saldo. Este valor será utilizado pela Companhia para redução de contribuições futuras.

Ativos e passivos atuariais:

	2015	2014		
	Controladora	Eletrôpaulo	AES Tietê	Consolidado
Valor presente das obrigações atuariais	278.262	10.078.792	278.633	10.357.425
Valor justo dos ativos do plano	(311.573)	(7.259.999)	(298.426)	(7.558.425)
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	33.104	-	19.793	19.793
<b>Obrigação registrada</b>	<b>(207)</b>	<b>2.818.793</b>	<b>-</b>	<b>2.818.793</b>

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**18.1 Informações acerca do laudo atuarial de 31 de dezembro de 2015**

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego estão demonstradas a seguir:

	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	278.633	252.365
Custo dos serviços correntes	1.907	1.840
Custo dos juros	29.537	27.634
Contribuições dos empregados	1.710	1.205
Benefícios pagos	(17.199)	(16.042)
Perda (Ganho) atuarial	(16.326)	11.631
<b>Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício</b>	<b>278.262</b>	<b>278.633</b>

As movimentações do valor justo dos ativos do plano estão demonstradas a seguir:

	2015	2014
Valor dos ativos do plano no início do exercício	298.426	285.059
Contribuição do empregador	1.556	1.057
Perda atuarial nos ativos do plano	(4.769)	(4.302)
Contribuições dos empregados	1.710	1.205
Rendimento esperado dos ativos do plano	31.849	31.449
Benefícios pagos	(17.199)	(16.042)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>311.573</b>	<b>298.426</b>

A movimentação da despesa é como segue:

	2015	2014
Custo dos serviços correntes	1.907	1.840
Custo dos juros	29.537	27.634
Rendimento esperado dos ativos do plano	(31.849)	(31.449)
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	2.163	3.691
<b>Total das despesas de benefício definido</b>	<b>1.758</b>	<b>1.716</b>

A movimentação contábil do ativo registrado é como segue:

	2015
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014</b>	-
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	1.758
Pagamentos de contribuições	(1.556)
Ajuste de avaliação atuarial	(409)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(207)</b>

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes é como segue:

	2015	2014
Saldo no início do exercício	3.378	2.720
Ganho (Perda) atuarial gerado pela taxa de desconto	35.963	(10.213)
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	(17.550)	(2.673)
Perda atuarial gerado pela premissa demográfica	(2.086)	1.254
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(4.769)	(4.302)
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	(11.148)	16.592
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>3.788</b>	<b>3.378</b>

A movimentação do limite de reconhecimento do ativo é como segue:

	2015	2014
Limite de reconhecimento de ativo no início do exercício	19.793	32.694
Juros sobre o limite de reconhecimento de ativo	2.163	3.691
Limite máximo de reconhecimento de ativo	11.148	(16.592)
<b>Limite de reconhecimento de ativo no final do exercício</b>	<b>33.104</b>	<b>19.793</b>

A composição dos investimentos do plano por segmento é a seguinte:

	Distribuição dos investimentos		Limite de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	2015	2014	
Renda Fixa	80,23%	81,93%	até 100%
Renda Variável	10,96%	14,48%	até 70%
Empréstimos a Participantes	2,58%	1,62%	até 15%
Investimentos Estruturados	0,25%	0,00%	até 20%
Investimento no Exterior	3,00%	0,00%	até 10%
Imóveis	2,98%	1,97%	até 8%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	

As premissas atuariais são as seguintes:

	2016	2015	2014
<b>a) Premissas econômicas:</b>			
<b>a1) Determinação do passivo atuarial:</b>			
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	N/A	12,08% a.a.	10,93% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	6,59% a.a.	6,59% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	N/A	4,50% a.a.	4,50% a.a.
<b>a2) Determinação da despesa atuarial:</b>			
Taxa de desconto nominal	12,08% a.a.	11,29% a.a.	11,29% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59% a.a.	6,59% a.a.	6,59% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
<b>b) Premissas demográficas:</b>			
Tábua biométrica de mortalidade (passivo atuarial)	N/A	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade (despesa)	AT-2000	AT-2000	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez	N/A	Light Fraca	Tábua Mercer
Taxa de rotatividade esperada	N/A	EXPR 2012	0,30 / (tempo de serviço + 1)
<b>c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos:</b>	N/A	19,55	19,55

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A estimativa da despesa para o exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

	<b>2016</b>
Custo dos serviços correntes	1.070
Custo dos juros	32.438
Rendimento esperado dos ativos do plano	(36.693)
Juros sobre o efeito do teto do ativo do plano	3.999
<b>Total da despesa projetada para o exercício</b>	<b>814</b>

As contribuições esperadas para o exercício de 2016 correspondem a R\$1.798.

A duração média da obrigação do plano de benefício definido no final do exercício é de 10,81 anos.

Os pagamentos esperados do plano para exercícios futuros da obrigação de benefício definido são os seguintes:

	<b>2015</b>
1 ano	19.468
Entre 2 e 5 anos	90.668
Após 5 anos	157.811
<b>Total de pagamentos esperados do plano</b>	<b>267.947</b>

Com a finalidade de verificar o impacto na obrigação atuarial, que em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ R\$278.262, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,25%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2015 está demonstrado abaixo.

Hipóteses	Índice estimado de aumento nominal dos salários	Taxa nominal de reajuste de benefícios	Taxa estimada de inflação de longo prazo		Taxa de desconto	
			(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Nível de sensibilidade	(+0,25%)	(+0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Impacto na obrigação de benefício definido	7.914	993	-	-	(6.991)	7.314
Total da obrigação de benefício definido	286.176	279.255	278.262	278.262	271.271	285.576

## 18.2 Contratos com a FUNCESP

Quando da sua privatização, a Companhia assumiu a cobertura do déficit atuarial do plano de previdência privada vigente até aquele momento, referente aos benefícios de aposentados e pensionistas e a garantia aos empregados ativos de um benefício, na data de sua aposentadoria, proporcional ao serviço passado. Para financiar esse déficit atuarial, em 25 de novembro de 1997, a Companhia firmou um contrato de confissão de dívida com a FUNCESP com vencimento em setembro de 2027. No final de cada exercício é feita uma avaliação atuarial e eventuais déficits ou superávits do plano apurados a cada avaliação são acrescidos ou subtraídos do saldo do contrato, promovendo um recálculo das parcelas

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

remanescentes. Ao longo dos anos, sucessivos superávits foram reduzindo o saldo do contrato, de modo que desde 31 de dezembro de 2009, o saldo da dívida estava integralmente compensado com o ganho atuarial. Contudo, a avaliação atuarial da FUNCESP indicou um déficit de R\$23.535 em 31 de dezembro de 2015. Desta forma, patrocinadora e participantes passaram a efetuar contribuições extraordinárias desde maio de 2015. Do saldo total apurado de déficit, somente R\$14.002 está sujeito ao equacionamento através de contribuições extraordinárias por parte da patrocinadora e dos participantes, de acordo com o previsto na resolução CNPC nº 22 de novembro de 2015.

A contribuição extraordinária é calculada considerando a duração média do passivo estimada pela FUNCESP em 18 anos, atualizada anualmente pela variação do IGP-DI e pelos ganhos e perdas atuariais.

Vale ressaltar que existem duas formas de apuração de resultados desse plano: a que a Companhia calcula para atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e a calculada pelo administrador do plano (FUNCESP) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Os números são diferentes, pois os cálculos seguem metodologias e premissas distintas. Enquanto que no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com estudo atuarial da Companhia, foi constatado um superávit, por outro lado, na avaliação atuarial da FUNCESP, para fins de atendimento às resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, o resultado apurado foi de déficit.

Por esta razão, em função da limitação do valor líquido de ativo de benefício definido ao teto de ativo (*asset ceiling*), o ativo registrado ficou restrito ao saldo do fundo de sobras de colaboradores desligados no valor de R\$207, registrado pela FUNCESP e poderá ser utilizado pela Companhia para deduzir contribuições futuras.

## 19 Provisões para processos judiciais e outros

### 19.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

	Controladora			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2015	2014	2015	2014
Trabalhista (a)	6.867	-	3.173	-
Perda no repasse da energia de Itaipu (b)	34.378	-	-	-
Meio ambiente (c)	10.667	-	-	-
Despacho 288 (d)	31.282	-	-	-
Processos cíveis	2.457	-	-	-
Compensações IRPJ e CSLL - (e)	5.259	-	-	-
Processos fiscais - Pis/Cofins (f)	-	31.517	-	31.517
Processos fiscais - outros	3	-	2	-
<b>Total</b>	<b>90.913</b>	<b>31.517</b>	<b>3.175</b>	<b>31.517</b>
Circulante	14.090	-	-	-
Não Circulante	76.823	31.517	-	-
<b>Total</b>	<b>90.913</b>	<b>31.517</b>	-	-

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado		
	Passivo	Ativo
	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados
	2014	2014
Trabalhista	258.282	232.267
PIS / COFINS – juros sobre o capital próprio	49.816	49.816
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa	15.864	3.180
Processos cíveis	34.357	1.382
Perda no repasse da energia de Itaipu	17.981	-
Processos administrativos - prefeituras	523	-
Processos fiscais	71.385	29.300
Despacho 288	28.262	-
Compensações IRPJ e CSLL	5.005	-
Processos regulatórios	58.479	-
Meio ambiente	22.232	-
Outros	24.586	-
<b>Total</b>	<b>586.772</b>	<b>315.945</b>
Circulante	184.273	
Não Circulante	402.499	
<b>Total</b>	<b>586.772</b>	

O total de cauções e depósitos vinculados em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$37.008 (R\$31.944 em 31 de dezembro de 2014), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado
	Cauções e Depósitos Vinculados		
	2015	2014	2014
Processos prováveis	3.175	31.517	315.945
Processos possíveis	32.971	-	131.854
Processos remotos	862	427	52.264
	<b>37.008</b>	<b>31.944</b>	<b>500.063</b>

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	31.12.2014	Provisão	Atualização monetária	Efeitos da Cisão	Efeitos da Incorporação	31.12.2015
Trabalhista	-	-	-	-	6.867	6.867
Perda no repasse da energia de Itaipu	-	-	-	-	34.378	34.378
Meio ambiente	-	-	-	-	10.667	10.667
Despacho 288	-	-	-	-	31.282	31.282
Processos cíveis	-	-	-	-	2.457	2.457
Compensações IRPJ e CSLL	-	-	-	-	5.259	5.259
Processos fiscais - Pis/Cofins	31.517	1.115	2.755	(35.387)	-	-
Processos fiscais - outros	-	-	-	-	3	3
<b>Total</b>	<b>31.517</b>	<b>1.115</b>	<b>2.755</b>	<b>(35.387)</b>	<b>90.913</b>	<b>90.913</b>

	31.12.2013	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2014
Processos fiscais - Pis/Cofins	29.433	2.270	(186)	31.517
<b>Total</b>	<b>29.433</b>	<b>2.270</b>	<b>(186)</b>	<b>31.517</b>

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) A Companhia é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em cerca de 168 processos pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do processo.

Dos processos provisionados, destaca-se 1 (uma) Ação Civil Pública (“ACP”) que visa a observância da jornada de trabalho legal, descanso semanal remunerado, fornecimento e orientação de EPIs e pagamento de danos morais aos colaboradores da Companhia. Em 11 de abril de 2012, a Companhia foi condenada ao pagamento de indenização por danos morais arbitrada em R\$200. Em sede de recurso, este valor foi majorado para R\$500. Em janeiro de 2015 foi publicado acórdão de recurso de revista, ao qual foi negado seguimento. Em 31 de dezembro de 2015 a ação está em fase recursal, sob análise de viabilidade e tem valor provisionado atualizado de R\$797.

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2018.

- (b) Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito da Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito “ex nunc” da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valeria para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Em 17 de agosto de 2007 foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela Companhia. Em 17 de outubro de 2007 foi interposta apelação pela Eletrobrás e em 26 de novembro de 2007 foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a Companhia aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão atualizado pela variação cambial, em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$34.378. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2018.
- (c) A Companhia possui provisões relacionadas a meio ambiente conforme detalhadas a seguir:
- (c.1) Existem 337 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no pólo passivo. O ajuizamento em face da Companhia se deu em razão de parte das ocupações irregulares estarem parcial ou integralmente situadas em áreas de preservação ambiental dentro da área de concessão. O pedido principal dessas ações é a recuperação da área eventualmente

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

degradada e, caso a recuperação não seja possível, a recomposição se daria mediante indenização. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 290 demandas, já que as demais 47 ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$1.937.

- (c.2) Em 05 de outubro de 2006, para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental da PCH Mogi-Guaçu, foi firmado com a SMA o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (“TCCA”) no valor de R\$600. Nesse Termo, a Companhia se compromete a aplicar o montante para a elaboração do plano de manejo integrado das unidades de conservação (i) Estação Ecológica Mogi-Guaçu e (ii) Reserva Biológica Mogi-Guaçu, sob a coordenação do Instituto Florestal e Instituto de Botânica. O valor está depositado em conta-poupança da Companhia e os pagamentos são realizados conforme solicitação dos Institutos. Já foram gastos R\$283, porém, considerando o rendimento da poupança, a Companhia mantém provisionado em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$612. Importante ressaltar que, no momento, para a utilização do saldo, a Companhia aguarda apenas a demanda dos Institutos. Desde setembro de 2013, as unidades não solicitam desembolsos, pois aguardam a aprovação do Plano de Manejo pelo Conselho Estadual do Ambiente – CONSEMA, antes de qualquer solicitação à Companhia. Sem essa aprovação a Companhia permanecerá sem realizar desembolsos.
- (c.3) Em 2002, a Companhia celebrou um convênio (“Termo de Compromisso de Compensação Ambiental” ou “TCCA”) com o IBAMA (atualmente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio) para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental (“Compensação Ambiental”) das usinas Água Vermelha, Caconde, Limoeiro, Euclides da Cunha, Promissão, Ibitinga, Bariri e Barra Bonita. Nesse Termo de Compromisso, a Companhia se compromete a aplicar as respectivas compensações ambientais em quatro unidades de conservação no montante original de R\$4.402, sendo já realizados pagamentos no montante de R\$1.232, conforme solicitação das unidades de conservação. O saldo remanescente corrigido e provisionado até 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$8.118. O último desembolso foi feito pela Companhia em 2012, quando restaram apenas obrigações relativas a regularização fundiária das unidades de conservação. Atualmente a Companhia está em tratativas com ICMBio e IBAMA, para a assinatura de novo Termo de Compromisso que permita o pagamento do saldo remanescente integralmente ao ICMBio, sem que seja necessário aguardar a solicitação das unidades de conservação.

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2023.

- (d) Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a Companhia teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a AES Sul, sociedade sob controle comum à Companhia, e que foi o principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288, pois passou de credora a devedora do mercado e, por isso, ingressou em Juízo buscando a anulação do referido despacho e uma decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à AES Sul, assim a CCEE, sucessora do MAE, elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a Companhia restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da AES Sul foi julgada improcedente em primeira instância, porém, a segunda instância, em 27 de março de 2014, considerou procedente o pedido de anulação do Despacho ANEEL nº 288. A Companhia está recorrendo desta decisão ainda em segunda instância e na presente data aguarda o julgamento do recurso. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$31.282. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2019.

- (e) Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. De acordo com as informações dos assessores legais, de um total de R\$133.516 envolvidos na discussão, apenas R\$5.259 são considerados como de perda provável, sendo o restante classificado como perda possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2017.
- (f) PIS/Cofins - Juros sobre Capital Próprio: A Companhia, até o momento anterior à cisão, possuía processo o qual discute a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma registra em 31 de dezembro de 2015 provisão no montante de R\$34.253 (R\$31.517 em 31 de dezembro de 2014) e efetuou depósitos judiciais no mesmo montante. Foram proferidas decisões desfavoráveis de 1ª e 2ª instância. Atualmente aguarda-se julgamento no STJ/STF. Em dezembro de 2015 esse processo foi transferido para a Brasileira Participações S.A., por meio da cisão parcial, conforme descrito na nota explicativa nº 1 e demonstrado na movimentação anterior.

PIS/COFINS sobre receitas financeiras: Efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia vem efetuando depósitos judiciais nos montantes

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 31 de dezembro de 2015, corresponde a R\$1.134, e efetuou depósitos judiciais no montante de R\$959. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Desta forma, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. Em dezembro de 2015 esse processo foi transferido para a Brasileira Participações S.A., por meio da cisão parcial, conforme descrito na nota explicativa nº 1 e demonstrado na movimentação anterior. A discussão da Companhia acerca deste assunto está detalhada na nota explicativa nº 15.2

## 19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$5.000 para fins de divulgação. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Descrição da Contingência	2015
(a) Recomposição de danos ambientais	Não determinado
(b) Compensações de IRPJ e CSLL	128.257
(c) Auto de infração - Ágio	126.512
(d) Auto de infração - Pesquisa e desenvolvimento	6.995
(e) Ação civil pública – Mexilhões dourados	Não determinado
(f) Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013	84.207
(g) Arbitragem - BTG Pactual	33.405
(h) Obrigação de expansão	Não determinado
(i) Rebaixamento hidrelétrico	208.175

### (a) Recomposição de danos ambientais

Referem-se a 3 ações civis públicas através das quais se busca, mediante a concessão de medida liminar, a suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de Bariri, Nova Avanhandava e Barra Bonita. De forma geral, requerem que a Companhia realize programas de compensação ambiental, bem como apresentam valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

### (b) Compensações de IRPJ e CSLL

Conforme mencionado no item (e) da nota explicativa nº 19.1, a Receita Federal intimou a Companhia sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas de IRPJ e CSLL. Em julho de 2014, a Companhia foi informada de decisão definitiva favorável relativa a uma das compensações, extinguindo em definitivo o débito no montante de R\$1.207. Atualmente, para as 4 (quatro)

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

compensações remanescentes, aguarda-se decisão em segunda instância administrativa, sobre os recursos apresentados pela Companhia. De acordo com as informações dos assessores legais, de um montante de R\$133.516 envolvidos na discussão, R\$128.257 são considerados como probabilidade de perda possível.

(c) Auto de infração - ágio

Em novembro de 2011 foi lavrado Auto de Infração pela Receita Federal do Brasil - RFB visando a cobrança de R\$126.512 atualizado até 31 de dezembro de 2015. Em razão de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda. e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. No momento aguarda-se julgamento do recurso de ofício ao CARF.

(d) Auto de infração – Pesquisa e desenvolvimento

Em outubro de 2012 foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida no ano de 2008 dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$6.995.

(e) Ação civil pública – Mexilhões dourados

O Ministério Público Federal de Jales ajuizou ação civil pública em 25 de março de 2013 contra a Companhia, União Federal, IBAMA e Estado de São Paulo visando a adoção de medidas de controle e erradicação para combate à proliferação desordenada do mexilhão dourado no reservatório da UHE Água Vermelha através das medidas de divulgação, monitoramento, capacitação e fiscalização a serem adotadas pela Força de Tarefa Nacional de Controle ao Mexilhão Dourado bem como através da execução do plano de execução de manejo sugerido pelo Ministério Público ou, caso isso seja absolutamente impossível, que seja mantido o nível atual da população de mexilhões, sob pena de responsabilização pela sua proliferação no reservatório. Liminarmente são solicitadas providências para (i) inserção da Companhia e do Estado de São Paulo na Força Tarefa Nacional de controle do mexilhão; (ii) 90 dias para apresentação do mapeamento/monitoramento da área contaminada pelo mexilhão, mediante identificação com placas informativas, bem como (iii) a apresentação de Plano de Manejo na forma apontada pelo Ministério Público Federal; (iv) 60 dias para a identificação das áreas de potencial invasão e (v) Participação no custeio da

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

divulgação em mídia sobre as medidas profiláticas adotadas, tudo sob pena de multa diária de R\$10 para caso de descumprimento.

Em 05 de setembro de 2013, a Companhia foi citada, e em 04 de outubro de 2013 apresentou contestação e argumentos contrários à ordem liminar solicitada pelo Ministério Público Federal. Em 24 de julho de 2014 foram deferidos os pedidos da liminar requerida pelo Ministério Público Federal, determinando: (i) que os réus Companhia e Estado de São Paulo fossem integrados à Força Tarefa Nacional de Controle do Mexilhão Dourado, bem como (ii) que todos os réus (Companhia, União, IBAMA e Estado de São Paulo) fizessem a identificação das áreas com potencial invasão do molusco, o mapeamento e monitoramento das áreas já contaminadas mediante identificação com placas informativas, e promovessem na mídia informações sobre medidas para evitar a proliferação do molusco. Em 18 de agosto de 2014 a Companhia apresentou recurso contra a liminar concedida ao Ministério Público Federal. Em 15 de setembro de 2014, o Tribunal suspendeu a decisão liminar até que fosse concluído o estudo sobre impactos e medidas envolvendo os mexilhões dourados em outra ação judicial na qual Companhia não é parte (Reservatório Ilha Solteira), oportunidade em que o Tribunal avaliaria eventuais medidas aplicáveis à Companhia (Reservatório Água Vermelha) e em 29 de outubro de 2014, foi agendada audiência para dezembro de 2014 visando análise da conclusão do estudo. Em 12 de dezembro de 2014 foi realizada audiência na qual ficou definido que a ação judicial seguiria suspensa e com relação à Companhia foram definidos apenas os dois pontos a seguir (i) Suporte na atuação preventiva: a Companhia deverá efetuar impressão de cartilha educativa sobre os mexilhões no formato do material oficial do IBAMA, cuja estimativa inicial era para julho de 2015; (ii) Uso do cloro nas Usinas até então pendentes: a Companhia ainda deve aguardar a emissão de autorização para uso emergencial do cloro, cuja estimativa à época era para março de 2015.

As demais providências definidas na audiência não envolviam a Companhia e sim outros órgãos estatais (levantamento de áreas críticas, Municípios e órgãos envolvidos, bem como atividades preparatórias para o monitoramento).

Em 01 de julho de 2015 foi realizada nova audiência na qual houve revisão dos prazos que haviam sido definidos na audiência de dezembro de 2014. Com relação à Companhia foram mantidos apenas os 2 pontos originalmente previstos cujos prazos foram revisados da seguinte forma: (i) Suporte na atuação preventiva: após a validação final da Cartilha preventiva pelo IBAMA, era prevista para 25 de julho de 2015, a Companhia teria o prazo de 03 meses para efetuar a correspondente impressão das Cartilhas educativas; (ii) Uso do cloro nas Usinas até então pendente das correspondentes aprovações dos órgãos competentes.

Em 15 de julho de 2015 a Companhia, em conjunto com a CESP, protocolou nos autos da Ação, os estudos técnicos para subsidiar o encaminhamento do pedido de registro para uso emergencial do dicloro, para posterior análise e decisão do órgão competente. Tal pedido foi encaminhado diretamente pelo Judiciário ao órgão ambiental competente, o qual ainda não concluiu o procedimento de licenciamento para uso emergencial do dicloro.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de setembro de 2015 foi publicada decisão em 2ª instância que julgou procedente o recurso de agravo de instrumento interposto pela Companhia contra as medidas liminares que haviam sido concedidas em 1ª instância bem como homologou judicialmente o Relatório (Plano de Ação) e o Projeto Executivo – vide itens (i) e (ii) acima, elaborados pelos Réus e, em consequência, julgou extinta a ação civil pública, sob fundamento de que tais documentos superaram o objeto da demanda judicial. Em 12 de fevereiro de 2016 a referida decisão se tornou definitiva perante o Judiciário (trânsito em julgado).

Relativamente ao cumprimento das obrigações assumidas no Plano de Ação e Projeto Executivo, homologados judicialmente, a Companhia informa que:

- i) Com relação ao suporte na atuação preventiva: o conteúdo do material educativo validado com o IBAMA foi implementado no programa de educação ambiental da Companhia, bem como Cartilhas educativas foram distribuídas na área de concessão da Companhia.
- ii) Com relação ao uso emergencial do dicloro nas usinas: após o pedido efetuado pelo Judiciário para seu licenciamento, o órgão ambiental competente ainda não concluiu o procedimento correspondente.

Com base na referida decisão que julgou a Ação Civil Pública extinta, a Companhia e seus assessores jurídicos externos reavaliaram o prognóstico de perda da ação, o qual foi alterado de possível para remoto.

- (f) Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013

A Resolução CNPE nº 3, de 6 março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo dos Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve liminar que suspendeu o rateio do ESS aos produtores independentes. A decisão judicial apontou que os custos só poderiam ser repassados aos produtores independentes por meio de mudança em lei. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é classificada como possível.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 05 de dezembro de 2014, houve sentença favorável à APINE, ratificando a liminar obtida, declarando desta forma a inexigibilidade do ESS decorrente da Resolução CNPE 03. Em 12 de dezembro de 2014, a União interpôs apelação à referida sentença. Em 01 de junho de 2015, a APINE apresentou suas contrarrazões à apelação interposta pela União.

Em 31 de dezembro de 2015, liminar continua vigente até que seja tomada a decisão final da ação ordinária, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 03. Com base nesta decisão judicial e no parecer jurídico obtido pela APINE, a Companhia não reconhece o custo do ESS por motivo de segurança energética.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar aproximadamente R\$84.207, referentes aos valores originais divulgados pela CCEE nas liquidações financeiras ocorridas até 31 de dezembro de 2015.

(g) Arbitragem – BTG Pactual

Em 30 de julho de 2015, o BTG Pactual (“BTG”) iniciou procedimento arbitral em face da Companhia com base em Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Contratos”). O BTG alega que a Companhia inadimpliu os contratos ao comprar mais energia do que autorizado contratualmente e pretende recuperar as quantias que a Companhia recebeu com as vendas da energia fornecida pelo BTG no mercado de curto prazo, que equivalem a R\$33.405. O valor atualizado do depósito em garantia é de R\$32.743, com integral reserva de direitos.

(h) Obrigação de expansão

Vide nota explicativa nº 2.1.

(i) Rebaixamento hidrelétrico

Vide notas explicativas nº 14 e 29.4 (c.2).

**Cartas de fiança, seguro garantia e caução**

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia contratou uma carta de fiança no valor de R\$473 e três seguros garantia no valor de R\$3.159 para processos judiciais de natureza tributária, totalizando uma importância segurada de R\$3.632, ao custo de 0,28% a 2,00% a.a.. Os valores referentes ao seguro garantia estão registrados como despesas pagas antecipadamente e amortizados no resultado do período de acordo com o prazo contratual, de forma linear.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 20 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2014
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
Pesquisa e desenvolvimento	8.730	-	33.134
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	856	-	2.686
Ministério de Minas e Energia	428	-	1.343
Eficiência energética	-	-	11.842
<b>Subtotal</b>	<b>10.014</b>	<b>-</b>	<b>49.005</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Pesquisa e desenvolvimento	9.591	-	41
Eficiência energética	-	-	26.984
<b>Subtotal</b>	<b>9.591</b>	<b>-</b>	<b>27.025</b>
<b>Total</b>	<b>19.605</b>	<b>-</b>	<b>76.030</b>

A movimentação não está sendo apresentada visto que os saldos refletem exatamente os valores incorporados da AES Tietê em 31 de dezembro de 2015.

## 21 Patrimônio líquido

### 21.1 Capital social

Seguem abaixo os eventos que impactaram o capital social da Companhia:

- (i) Cisão parcial, sem cancelamento de ações no montante de R\$2.097.566;
- (ii) Redução de capital, sem cancelamento de ações no montante de R\$699.463; e
- (iii) Aumento de capital, com a incorporação da Tietê S.A., com o consequente aumento de capital social no valor de R\$98.339.

A seguir está apresentada a composição acionária da Companhia:

<b><u>AES Tietê Energia</u></b>	Antes da reorganização			Após a reorganização		
	Quantidade		Participação total (%)	Quantidade		Participação total (%)
	Ordinárias	Preferenciais		Ordinárias	Preferenciais	
<b><u>Acionistas</u></b>						
AES Holdings Brasil Ltda.	300.000.001	7	46,15%	462.300.052	-	24,25%
BNDESPar	300.000.000	50.000.000	53,85%	107.870.009	431.480.036	28,29%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	-	-	0,00%	30.258.222	121.032.888	7,94%
Outros	-	-	0,00%	150.665.251	602.661.004	39,52%
<b>Total das ações</b>	<b>600.000.001</b>	<b>50.000.007</b>	<b>100,00%</b>	<b>751.093.534</b>	<b>1.155.173.928</b>	<b>100,00%</b>

As movimentações descritas a seguir foram deliberadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de outubro de 2015, com exceção ao item de transferência de ações, que foi celebrado por meio de um compromisso de compra e venda de ações, nesta mesma data.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2014						2015		
	Ordinárias		Transferência de ações BNDES para AES Holdings Brasil	Conversão de ações da BNDESPAR	Conversão de ações da AES Holdings Brasil	Desdobramento de ações	Incorporação da AES Tietê - não controladores	Ordinárias	
	Quantidade	%						Quantidade	%
<b>Acionistas</b>									
AES Holdings Brasil Ltda.	300.000.001	50,00	52.819.838	-	4	462.300.052	-	462.300.052	61,55
BNDESPar	300.000.000	50,00	(52.819.838)	(164.855.535)	-	107.870.009	-	107.870.009	14,36
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	-	-	-	-	-	-	30.258.222	30.258.222	4,03
Outros	-	-	-	-	-	-	150.665.251	150.665.251	20,06
<b>Total das ações</b>	<b>600.000.001</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>164.855.535</b>	<b>4</b>	<b>570.170.061</b>	<b>180.923.473</b>	<b>751.093.534</b>	<b>100,00</b>
	Preferenciais		Transferência de ações BNDES para AES Holdings Brasil	Conversão de ações da BNDESPAR	Conversão de ações da AES Holdings Brasil	Desdobramento de ações	Incorporação da AES Tietê - não controladores	Preferenciais	
	Quantidade	%						Quantidade	%
<b>Acionistas</b>									
AES Holdings Brasil Ltda.	7	-	-	-	(7)	-	-	-	-
BNDESPar	50.000.000	100,00	-	279.298.508	-	431.480.036	-	431.480.036	37,35
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	-	-	-	-	-	-	121.032.888	121.032.888	10,48
Outros	-	-	-	-	-	-	602.661.004	602.661.004	52,17
<b>Total das ações</b>	<b>50.000.007</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>279.298.508</b>	<b>(7)</b>	<b>431.480.036</b>	<b>723.693.892</b>	<b>1.155.173.928</b>	<b>100,00</b>

Os detalhes das movimentações acima descritas estão contemplados na nota explicativa nº 1.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$262.018, dividido em 1.906.267.462 ações, sendo 751.093.534 ações ordinárias e 1.155.173.928 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social autorizado é de R\$4.600.000 sendo R\$2.383.260 em ações ordinárias e R\$2.216.740 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

## 21.2 Reservas

### Composição dos saldos das reservas:

#### Reservas de capital:

	Controladora	
	2015	2014
Reserva especial de ágio na incorporação (a)	341.198	-
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	9.405	-
Ações e opções de ações outorgadas (b)	1.950	-
<b>Subtotal</b>	<b>352.553</b>	<b>-</b>

#### Avaliação patrimonial/Outros resultados abrangentes:

Ajuste de avaliação patrimonial (c.1)	920.607	743.601
Plano de previdência privada - ganhos (perdas) atuariais (c.2)	2.500	(355.087)
<b>Subtotal</b>	<b>923.107</b>	<b>388.514</b>

#### Reservas de lucro:

Reserva legal (d)	52.404	214.512
Reserva estatutária	-	118.446
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	428.384	-
<b>Subtotal</b>	<b>480.788</b>	<b>332.958</b>

<b>Total</b>	<b>1.756.448</b>	<b>721.472</b>
--------------	------------------	----------------

- (a) A reserva especial de ágio foi gerada pelos seguintes eventos: (i) incorporação do ágio da controladora AES Gás Ltda. no montante de R\$266.740, dos quais R\$59.811 foram capitalizados, remanescendo na conta de reserva o montante de R\$206.929; (ii) incorporação do ágio da AES Tietê Participações S.A. no montante de R\$25.617, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007; e (iii) incorporação do ágio da AES Brazilian Energy Holdings no montante de R\$108.652 em 31 de dezembro de 2015 como parte da reorganização societária. De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, na

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da AES Holding Brasil Ltda. e da BNDESPAR, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

- (b) É composta por outorga de ações e opções de compra de ações da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation após o aporte de recursos através da entrega das ações aos colaboradores da Companhia, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.
- (c) Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dos ajustes de avaliação patrimonial/outros resultados abrangentes era composto pelo custo atribuído de seus ativos imobilizados e pelo ganho atuarial do plano de pensão.
  - (c.1) Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo atribuído ao ativo imobilizado): A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos (CPCs), em 1 de janeiro de 2009. Assim, foi elaborado um laudo de avaliação do ativo imobilizado da Companhia. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$1.437.623, foi registrado no ativo imobilizado em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como “Tributos e contribuições sociais diferidos” no passivo não circulante, e serão realizados na medida em que a mais valia dos bens vinculados a ela seja depreciada/amortizada ou alienada. O saldo em 31 de dezembro de 2015 reflete exatamente o montante transferido da incorporada AES Tietê.
  - (c.2) Outros resultados abrangentes relacionado ao ganho atuarial do plano de pensão apresenta um saldo de R\$2.500, líquido de imposto de renda e contribuição social. O saldo em 31 de dezembro de 2015 reflete exatamente o montante transferido da incorporada AES Tietê.
- (d) A reserva legal foi cindida no processo de reorganização societária, sendo o montante de R\$182.605, transferido para a Brasileira Participações, ficando um saldo remanescente de R\$31.907. Posteriormente, houve os seguintes incrementos: R\$8.497 devido à incorporação da AES Tietê e R\$12.000 devido à destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (vide nota explicativa nº 22), perfazendo o total de R\$52.404 em 31 de dezembro de 2015. Nesta mesma data, a Companhia já atingiu o limite permitido por lei, visto que esta reserva já equivale a 20% do capital social.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 22 Destinação do resultado

O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

Segue destinação de resultados de forma resumida com comparabilidade com o exercício anterior:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	393.583	81.945
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	46.150	53.037
Ajuste por conta de dividendos prescritos de controladas	1.642	3.895
Efeito da cisão	(63.256)	-
Efeito da incorporação	205.059	-
Constituição de reserva legal	(12.000)	(6.749)
<b>Base para pagamento de dividendos</b>	<b>571.178</b>	<b>132.128</b>
<b>Destinação:</b>		
Dividendos intermediários distribuídos (i)	107.362	102.842
Dividendo mínimo obrigatório - complemento (ii)	35.432	-
Dividendos complementares excedentes ao mínimo obrigatório (iii)	428.384	-
Destinação para a Reserva Estatutária	-	29.286
<b>Total Distribuído</b>	<b>571.178</b>	<b>132.128</b>

O montante de R\$205.059, relativo ao evento de incorporação, corresponde à parcela de resultados dos acionistas não controladores da incorporada AES Tietê. Este montante quando incorporado pela Companhia, permite que a base a ser distribuída reflita o saldo da incorporada, não havendo efeito na base distribuível entre as duas Companhias devido à incorporação.

### Atos anteriores à reorganização:

- (i) A Companhia declarou dividendos intermediários relativos ao primeiro semestre, conforme segue:
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$68.000, correspondente a R\$0,10461 por ação ordinária e preferencial. O pagamento foi realizado em 25 de setembro de 2015.
  - Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de novembro de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$39.362, correspondente a R\$0,06056 por ação ordinária e preferencial. O pagamento foi realizado em 26 de novembro de 2015.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

R\$88.500 à conta de reserva de lucros – estatutária, correspondente a R\$0,13615 por ação ordinária e preferencial. O pagamento foi realizado em 25 de maio de 2015.

Por terem ocorrido anteriormente à reorganização societária, os pagamentos acima foram realizados para as acionistas AES Holdings Brasil e BNDESPAR.

**Atos posteriores à reorganização:**

- (ii) A Administração da Companhia registrou complemento dos dividendos mínimo obrigatório no montante de R\$35.432, correspondente a R\$0,01859 por ação ordinária e preferencial e R\$0,09294 por Unit, em atendimento às disposições da Lei nº 6.404/1976. Por se tratar de uma obrigação legal, essa proposta de dividendos foi registrada em conta específica no passivo circulante da Companhia.
- (iii) Em dezembro de 2015, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada a proposta da Administração da Companhia para pagamento de dividendos no montante de R\$428.384, correspondente a R\$0,22472 por ação ordinária e preferencial e R\$1,12362 por Unit. Este valor está classificado no patrimônio líquido sob a rubrica “proposta de distribuição de dividendos adicionais”, uma vez que seu pagamento depende de aprovação pelos acionistas da Companhia.

## **23 Resultado por ação**

---

O objetivo do cálculo do resultado por ação é o de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Conforme mencionado anteriormente, os lucros apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são referentes à operação da Companhia anteriormente aos eventos da reorganização. Desta forma, a demonstração do resultado apresenta principalmente os investimentos em entidades controladas.

Como o evento da incorporação ocorreu somente em 31 de dezembro de 2015, a Companhia está usando o número de ações anteriores a este evento, após o desdobramento para fins de cálculo do resultado por ação. Desta forma, tanto o numerador (lucro do exercício) quanto denominador (quantidade de ações) estariam em bases comparáveis. O resultado por ação básico e diluído é o mesmo para os exercícios apresentados. Somente a partir de 01 de janeiro de 2016, a Companhia apresentará resultados diferenciados devido à incorporação da reserva especial de ágio.

Vale ressaltar que o desdobramento das ações ocorreu sem alteração do valor do capital social. Desta forma, o cálculo do resultado básico e diluído por ação foi ajustado para o período comparativo apresentado.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Somente para fins informativos, caso a reserva seja capitalizada com emissão de 100% das ações em favor da AES Holdings Brasil e da BNDESPAR e nenhum acionista minoritário exercer seu direito de participar do aumento de capital, o percentual de não controladores reduziria de 47,45% para 46,87% em 31 de dezembro de 2015, considerando os preços das ações nesta mesma data.

As informações relacionadas à destinação do resultado estão detalhadas na nota explicativa nº 22, a qual incorpora informações acerca da destinação para a nova base de acionistas da Companhia.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	2015	2014
<b>Numerador:</b>		
Resultado líquido de operações continuadas	394.076	198.157
Resultado líquido de operações descontinuadas	(493)	(116.212)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>393.583</b>	<b>81.945</b>
<b>Denominador (em milhares de ações):</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias	570.170	570.170
Média ponderada do número de ações preferenciais	431.480	431.480
<b>Lucro (Prejuízo) por ação</b>		
<b><u>Das operações continuadas</u></b>		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,39343	0,19783
Lucro básico e diluído por ação preferencial	0,39343	0,19783
<b><u>Das operações descontinuadas</u></b>		
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	(0,00049)	(0,11602)
Prejuízo básico e diluído por ação preferencial	(0,00049)	(0,11602)
<b><u>Do lucro líquido do exercício</u></b>		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,39293	0,08181
Lucro básico e diluído por ação preferencial	0,39293	0,08181

**Lucro atribuível aos acionistas:**

Exercício	Ordinárias	Preferenciais	Total
2015	224.040	169.543	393.583
2014	46.646	35.299	81.945

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**24 Suprimento, compra e transporte de energia elétrica**

	Consolidado			
	2015		2014	
	MWh	R\$	MWh	R\$
<u>Geração própria e outras:</u>				
Contrato bilateral Eletropaulo (Nota nº 28)	11.107.680	2.355.172	11.107.680	2.233.613
Contratos bilaterais	1.854.241	216.536	2.069.115	234.004
Mercado de curto prazo				
MRE	940.023	12.270	226.715	4.405
SPOT	582.669	183.875	1.671.253	946.948
Outros	-	11.124	-	10.751
Créditos de carbono	-	-	-	1.006
Prestação de serviços (Nota nº 28)	-	169	-	143
Outras receitas	-	100	-	86
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>14.484.613</b>	<b>2.779.246</b>	<b>15.074.763</b>	<b>3.430.956</b>
Pesquisa e desenvolvimento		(26.258)	-	(32.050)
PIS	-	(22.270)	-	(34.227)
COFINS	-	(102.720)	-	(157.787)
ICMS	-	(2.171)	-	(1.880)
ISS	-	(6)	-	(5)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>14.484.613</b>	<b>2.625.821</b>	<b>15.074.763</b>	<b>3.205.007</b>
<u>Energia elétrica comprada e transporte:</u>				
Contratos bilaterais	2.025.654	(246.398)	2.240.832	(261.304)
Mercado de curto prazo				
MRE	2.441.835	(31.052)	2.744.634	(34.451)
SPOT	2.315.251	(650.929)	2.762.847	(1.762.129)
Outros	-	(14.469)	-	(13.207)
Encargos de transmissão	-	(112.846)	-	(96.680)
Encargos de conexão	-	(2.033)	-	(1.747)
PIS	-	16.115	-	22.192
COFINS	-	74.227	-	102.216
<b>Total</b>	<b>6.782.740</b>	<b>(967.385)</b>	<b>7.748.313</b>	<b>(2.045.110)</b>

**25 Outras receitas e custos**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Doações	-	-	(13.717)	(10.772)
Arrendamentos e alugueis	(3)	(4)	(1.087)	(1.024)
Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	-	-	(2.690)	(2.690)
Seguros	(57)	(49)	(8.027)	(7.754)
Contribuições CCEE / ONS	-	-	(1.512)	(1.343)
Ganhos na alienação de bens e direitos	-	-	1.680	464
Indenização de sinistro	-	-	-	3.490
Outras contribuições setoriais	-	-	(3.813)	(3.596)
Tributos	(305)	(231)	(305)	(231)
Baixa de outros créditos	(436)	-	(436)	-
Outras	(20)	-	(649)	(2.701)
<b>Total</b>	<b>(821)</b>	<b>(284)</b>	<b>(30.556)</b>	<b>(26.157)</b>

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras	41.118	24.799	87.120	66.089
Atualização monetária dos depósitos judiciais	3.716	4.027	4.661	4.300
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.115)	-	(3.116)	-
Levantamento de depósito judicial PIS	-	-	-	1.270
Postergação no pagamento - Eletropaulo (Nota nº 28.1)	-	-	12.256	-
Outras	9	7	55	180
<b>Total</b>	<b>43.728</b>	<b>28.833</b>	<b>100.976</b>	<b>71.839</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas	-	-	(197.428)	(130.587)
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso	-	-	23.123	20.225
Cartas de fiança e seguros garantia	-	-	(1.707)	(1.234)
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(20)	(5)	(20)	(5)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(2.755)	(2.270)	(8.198)	(5.400)
Atualização monetária de pesquisa e desenvolvimento	-	-	(2.093)	(1.306)
Perdas em Investimentos	-	-	(2.390)	(6.858)
Outras	(43)	(23)	(3.297)	(2.457)
<b>Total</b>	<b>(2.818)</b>	<b>(2.298)</b>	<b>(192.010)</b>	<b>(127.622)</b>
<b>Variações Cambiais, líquidas</b>				
Perdas sobre o repasse de energia - Itaipú (Nota nº 19.1)	-	-	(16.397)	(3.152)
Outras	-	-	(160)	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(16.557)</b>	<b>(3.152)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>40.910</b>	<b>26.535</b>	<b>(107.591)</b>	<b>(58.935)</b>

## 27 Imposto de renda e contribuição social

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora			
	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição no resultado:				
Diferidos	31.983	10.784	5.840	2.103
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>31.983</b>	<b>10.784</b>	<b>5.840</b>	<b>2.103</b>
Demonstração do cálculo dos tributos:				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>351.309</b>	<b>351.309</b>	<b>190.214</b>	<b>190.214</b>
Adições (exclusões):				
Amortização de intangível de concessão	(196.935)	(121.930)	18.307	14.819
Resultado de equivalência patrimonial	(379.265)	(379.265)	(227.899)	(227.899)
Provisões	9.386	9.386	2.095	2.095
Depósitos judiciais	(2.750)	(2.750)	(2.264)	(2.264)
Outras	461	461	10	10
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>(569.103)</b>	<b>(494.098)</b>	<b>(209.751)</b>	<b>(213.239)</b>
<b>Resultado ajustado</b>	<b>(217.794)</b>	<b>(142.789)</b>	<b>(19.537)</b>	<b>(23.025)</b>
Prejuízo fiscal / base de cálculo negativa perda na Cisão	128.281	84.100	-	-
Prejuízo fiscal / base de cálculo negativa ano corrente	-	-	19.537	23.025
Constituição de créditos fiscais anos anteriores	(41.170)	(63.878)	(25.623)	(25.636)
Depósitos judiciais	2.750	2.750	2.264	2.264
<b>Base de Cálculo</b>	<b>(127.933)</b>	<b>(119.817)</b>	<b>(23.359)</b>	<b>(23.372)</b>
Alíquota	25%	9%	25%	9%
<b>Total da receita com tributos</b>	<b>31.983</b>	<b>10.784</b>	<b>5.840</b>	<b>2.103</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-9,1%</b>	<b>-3,1%</b>	<b>-3,1%</b>	<b>-1,1%</b>

A Companhia constituiu créditos tributários adicionais de R\$43.702, sendo R\$27.660 do exercício corrente e R\$16.042 de exercícios anteriores, já considerando o evento da cisão.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Desde 1º de janeiro de 2015 a Companhia vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS aplicando os preceitos da Lei nº 12.783/2014 e Instruções Normativas RFB nºs 1.515 de 24 de novembro de 2014 e 1.556 de 31 de março de 2015.

	Consolidado			
	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição no resultado:				
Correntes	(281.993)	(105.990)	(177.736)	(67.516)
Diferidos	52.525	18.289	22.527	8.253
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(229.468)</b>	<b>(87.701)</b>	<b>(155.209)</b>	<b>(59.263)</b>
Demonstração do cálculo dos tributos:				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>1.055.927</b>	<b>1.055.927</b>	<b>627.216</b>	<b>627.216</b>
Adições (exclusões):				
Amortização de intangível de concessão	(196.935)	(121.930)	18.307	14.819
Doações	11.899	11.899	10.802	10.802
Pesquisa e desenvolvimento	(4.255)	(4.255)	(3.906)	(3.906)
Honorários da diretoria estatutária	1.221	1.221	1.275	1.275
Outras	8.633	8.619	7.115	8.619
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>(179.437)</b>	<b>(104.446)</b>	<b>33.593</b>	<b>31.609</b>
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>876.490</b>	<b>951.481</b>	<b>660.809</b>	<b>658.825</b>
Prejuízo fiscal / base de cálculo negativa perda na Cisão	128.281	84.100	-	-
Prejuízo fiscal / base de cálculo negativa ano corrente	-	-	19.537	23.025
Constituição de créditos fiscais anos anteriores	(41.170)	(63.878)	(25.623)	(25.636)
Outros	2.750	2.750	2.264	2.264
<b>Base de Cálculo</b>	<b>966.351</b>	<b>974.453</b>	<b>656.987</b>	<b>658.478</b>
Alíquota	25%	9%	25%	9%
<b>Tributos</b>	<b>(241.588)</b>	<b>(87.701)</b>	<b>(164.247)</b>	<b>(59.263)</b>
Incentivos Fiscais	12.096	-	9.014	-
Outros	24	-	24	-
<b>Total da receita com tributos</b>	<b>(229.468)</b>	<b>(87.701)</b>	<b>(155.209)</b>	<b>(59.263)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>22%</b>	<b>8%</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 28 Partes relacionadas

### 28.1 Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2014
<b>Ativo</b>			
Contas a receber de partes relacionadas:			
Eletropaulo - Contrato bilateral (i)	271.814	-	-
Previdência privada - Ativo de benefício definido (ii)	207	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a receber:			
AES Uruguaiana - Dividendos	-	2.699	-
Outros créditos:			
Energia no Curto Prazo - MAE - Eletropaulo x AES Sul	-	-	2.759
Contrato de sublocação - Eletropaulo x AES Sul (vii)	-	-	10
Investimentos - recursos destinados a aumento de capital (iii)	-	429.200	-
	<b>272.021</b>	<b>431.899</b>	<b>2.769</b>
<b>Passivo</b>			
Fornecedores:			
AES Eletropaulo x AES Big Sky (iv)	-	-	345
AES Tietê x AES Big Sky (iv)	-	-	36
AES Big Sky (iv) (nota nº 14)	53	-	-
Contas a pagar:			
AES Corporation (v)	-	9.010	9.010
AES Eletropaulo (vi)	-	218	-
Provisões para processos judiciais e outros:			
AES Sul - Despacho 288 (nota nº 19.1)	31.282	-	28.262
	<b>31.335</b>	<b>9.228</b>	<b>37.653</b>

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Resultado</b>				
Receita operacional líquida:				
Eletropaulo - Contrato bilateral (i) (nota nº 24)	-	-	2.355.172	2.233.613
AES Uruguaiana - Prestação de serviços (viii) (nota nº 24)	-	-	169	143
Serviços de terceiros:				
Tietê x AES Big Sky (iv)	-	-	(53)	(38)
Entidade de previdência privada:				
FUNCESP - Plano previdenciário (ii)	-	-	(1.758)	(1.716)
Outras receitas e custos:				
Eletropaulo - Sublocação de parte de imóvel (vii)	(5)	(4)	(1.189)	(1.098)
Receitas financeiras:				
Eletropaulo - Multa por postergação no pagamento (i) (nota nº 26)	-	-	12.256	-
Variações monetárias:				
Eletropaulo (vi)	(27)	(25)	(27)	(25)
Variações Monetárias - AES Tietê x AES Sul (ix) (Nota nº 19.1)	-	-	(3.020)	(997)
AES Sul - Despacho 288 (nota nº 19.1)	-	-	-	-
	<b>(32)</b>	<b>(29)</b>	<b>2.361.550</b>	<b>2.229.882</b>

- (i) Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa Eletropaulo, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a vender a partir de 2003 para a Eletropaulo a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. As quantidades de energia desse contrato a partir de janeiro de 2006 correspondiam a 1.268 MW médios. Esse contrato foi

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e estabelecia a atualização do preço de venda da energia anualmente pela variação do IGP-M.

O preço médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$212,03/MWh. O contrato teve término em 31 de dezembro de 2015, somente restando saldo a receber de transações de competência de novembro e dezembro de 2015.

A Companhia postergou e posteriormente liquidou cinco faturas do contrato bilateral com a Eletropaulo, referentes às competências de maio, junho, setembro, outubro e novembro de 2015. Dessa forma, foi registrado R\$12.256 de receita financeira, de acordo com as cláusulas contratuais.

- (ii) A Companhia é parte integrante do Conselho Deliberativo do fundo, possuindo influência significativa na administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário com a FUNCESP estão demonstrados na nota explicativa nº18.
- (iii) Refere-se aos encargos moratórios da dívida da AES Elpa com o BNDES, os quais foram assumidos pela Companhia em decorrência da reestruturação societária do Grupo AES, que deverão ser objeto de capitalização. Esses valores não estão sujeitos à atualização monetária. Em dezembro de 2015 esse investimento foi transferido para a Brasileira Participações S.A., por meio da cisão parcial, conforme descrito na nota explicativa nº 1.
- (iv) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de gestão e administração, suporte e hospedagem dos serviços de mensagem eletrônica da Companhia com a empresa AES Big Sky.
- (v) Corresponde a créditos que a The AES Corporation detém junto à Companhia referente a remessa de recursos no início de 2004 para fazer frente a despesas diversas em decorrência do processo de reorganização societária do grupo AES no Brasil, concluído em dezembro de 2003. Em dezembro de 2015 esse passivo foi transferido para a Brasileira Participações S.A., por meio da cisão parcial, conforme descrito na nota explicativa nº 1.
- (vi) Conforme contrato de venda da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. para a TIM Celular S.A., a Companhia deveria manter em conta específica recursos como garantia de obrigações de ajuste de preço de venda. A Companhia resgatou parcialmente o depósito que mantinha em conta garantida o qual foi repassado para a Eletropaulo de acordo com o termo de cessão de crédito firmado. Em dezembro de 2015, a Companhia resgatou o saldo remanescente do depósito no montante de R\$244, o qual também foi repassado para a Eletropaulo. Em 31 de dezembro de 2015 este contrato encontra-se encerrado.
- (vii) Corresponde aos contratos de sublocação de parte de imóvel comercial celebrados entre a Eletropaulo (sublocadora) e a Companhia (sublocatária) e entre a Eletropaulo e a incorporada AES Tietê, pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do despacho nº. 2.804/2012. O contrato celebrado entre a Eletropaulo e a Companhia foi transferido para a Brasileira

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Participações com o evento da cisão. Em relação ao contrato assinado entre AES Tietê e Eletropaulo, o mesmo foi assumido como parte do processo de incorporação.

- (viii) Refere-se ao contrato de prestação de serviços referente à cessão de mão de obra pela AES Tietê para a AES Uruguaiana.
- (ix) Refere-se à contingência entre AES Sul e AES Tietê onde se questiona os termos do Despacho 288/2002 da ANEEL que regulamentou operação de venda de energia efetuada pela AES Sul.

## 28.2 Remuneração da alta administração

Para os exercícios apresentados, a Companhia não possuía remuneração da alta administração. O valor demonstrado a seguir representa a consolidação dos resultados da incorporada AES Tietê.

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. A remuneração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2015	2014
Benefícios de Curto Prazo (a)	5.051	3.628
Benefícios Pós-emprego (b)	168	165
Outros Benefícios de Longo Prazo (c)	168	64
Remuneração Baseada em Ações (d)	143	89
Total	<b>5.530</b>	<b>3.946</b>

A remuneração dos administradores foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
- d) Compostos por ações e opções de ações da The AES Corporation outorgadas à alta administração.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 29 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### 29.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5);
- b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 5);
- c) Consumidores e revendedores (nota explicativa nº 6);
- d) Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 27);
- e) Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 19);
- f) Fornecedores (nota explicativa nº 14);
- g) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; e
- h) Debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 16).

### 29.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	2015		2014		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	558	558	66	66	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	746.210	746.210	308.241	308.241	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, revendedores	40.772	40.772	-	-	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber de partes relacionadas	271.814	271.814	-	-	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	37.008	37.008	31.944	31.944	Empréstimos e recebíveis
<b>Total</b>	<b>1.096.362</b>	<b>1.096.362</b>	<b>340.251</b>	<b>340.251</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>					
Fornecedores	352.076	352.076	227	227	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	1.390.853	1.281.758	-	-	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	805	805	-	-	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	36.828	36.828	-	-	Passivos financeiros pelo custo amortizado
<b>Total</b>	<b>1.780.562</b>	<b>1.671.467</b>	<b>227</b>	<b>227</b>	

As rubricas Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e fundo de investimento, os quais são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica Debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2015.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 29.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	2015			2014				
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>ATIVO</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	558	558	-	66	66	-	-	
Investimentos de curto prazo	746.210	-	746.210	308.241	-	308.241	-	
<b>Total - Ativo</b>	<b>746.768</b>	<b>558</b>	<b>746.210</b>	<b>308.307</b>	<b>66</b>	<b>308.241</b>	<b>-</b>	

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

### 29.4 Gerenciamento de riscos

#### (a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Controles Internos que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A eficácia dos controles chaves implementados pela Companhia para garantir a exatidão das Demonstrações Contábeis é testada anualmente. Em caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

A Companhia conta também com uma diretoria de auditoria interna, que atua em quatro segmentos: operacional, financeiro, tecnologia da informação e investigativo. O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, o terceiro os controles de segurança da informação e o quarto a investigação de possíveis fraudes e irregularidades, todos em

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

conformidade com a Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos e Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria da The AES Corporation, pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e o plano de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados ao Conselho Fiscal da Companhia, periodicamente.

**(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**(b.1) Risco de crédito**

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

A partir de 01 de janeiro de 2016, as vendas de energia da Companhia serão efetuadas para consumidores livres, comercializadoras e geradoras, principalmente por contratos bilaterais, bem como no mercado de curto prazo e em contratos no ambiente regulado. As vendas para a Eletropaulo realizadas até dezembro de 2015 estão garantidas pelos seus recebíveis, tendo a Companhia o direito de requerer o bloqueio das contas bancárias de seu cliente até a recuperação do valor total a receber. Nos contratos bilaterais, a Companhia exige como garantia fiança bancária. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia. As vendas realizadas no ambiente regulado possuem como garantia os recebíveis da parte contratante, os quais são firmados por meio de contratos de constituição de garantias.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, *rating* inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	Controladora
	2015
Caixa e equivalentes de caixa	558
Investimentos de curto prazo	746.210
Consumidores e revendedores	40.772
Contas a receber de partes relacionadas	271.814
<b>Total da exposição</b>	<b>1.059.354</b>

**(b.2) Risco de liquidez**

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Debêntures” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos
Fornecedores	352.076	-	-	-
Debêntures	22.828	323.438	420.382	1.369.255
Arrendamento financeiro	89	225	247	244
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.396	35.432	-	-
<b>Total</b>	<b>376.389</b>	<b>359.095</b>	<b>420.629</b>	<b>1.369.499</b>

De acordo com o CPC 40 *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2015.

### **(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

### **(b.4) Riscos de mercado**

#### Gestão de capital

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: debêntures e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Na tabela abaixo, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	<b>2015</b>
Debêntures	1.390.853
Arrendamento financeiro	805
Caixa e equivalentes de caixa	(558)
Investimentos de curto prazo	(746.210)
<b>Dívida líquida</b>	<b>644.890</b>
Patrimônio líquido	2.018.466
<b>Dívida líquida / Patrimônio Líquido</b>	<b>31,95%</b>

Do endividamento financeiro total em 31 de dezembro de 2015, 11,54% era de curto prazo e o prazo médio era de 2,7 anos.

#### **Riscos de taxas de juros**

A Companhia possui debêntures remuneradas pela variação do DI e IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, seu resultado é afetado pela variação desses índices.

Em 31 de Dezembro de 2015, as aplicações financeiras da Companhia, em sua maior parte, foram alocadas em CDBs e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI. Uma pequena parte está aplicada em fundo de investimento, que possui em sua carteira os mesmos tipos de papéis.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data das demonstrações contábeis é:

	<b>2015</b>
Investimentos de curto prazo	746.210
Debêntures	(1.417.278)
<b>Total da exposição líquida</b>	<b>(671.068)</b>

#### **Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros**

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2015, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

dezembro de 2015, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras - Controladora			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			7,69%	11,54%	15,38%	19,23%	23,07%
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	746.210	57.384	86.113	114.767	143.496	172.151
<b>Subtotal</b>		<b>746.210</b>	<b>57.384</b>	<b>86.113</b>	<b>114.767</b>	<b>143.496</b>	<b>172.151</b>

  

Dívidas - Controladora			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			7,69%	11,54%	15,38%	19,23%	23,07%
Debêntures - 2ª Emissão	CDI+0,79% a.a.	(506.940)	(43.296)	(62.968)	(82.588)	(102.260)	(121.880)
Debêntures - 3ª Emissão	108,20% do CDI	(312.162)	(28.245)	(40.415)	(52.553)	(64.723)	(76.861)
Debêntures - 4ª Emissão (1ª Série)	CDI + 1,55% a.a.	(144.343)	(13.509)	(19.153)	(24.781)	(30.425)	(36.053)
Debêntures - 4ª Emissão (2ª Série)	CDI + 2,15% a.a.	(149.651)	(14.973)	(20.859)	(26.729)	(32.614)	(38.484)
<b>Subtotal</b>		<b>(1.113.096)</b>	<b>(100.023)</b>	<b>(143.395)</b>	<b>(186.651)</b>	<b>(230.022)</b>	<b>(273.278)</b>
<b>IPCA</b>			<b>4,78%</b>	<b>7,16%</b>	<b>9,55%</b>	<b>11,94%</b>	<b>14,33%</b>
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	IPCA + 8,43% a.a.	(304.182)	(41.417)	(49.267)	(57.150)	(65.033)	(72.916)
<b>Subtotal</b>		<b>(304.182)</b>	<b>(41.417)</b>	<b>(49.267)</b>	<b>(57.150)</b>	<b>(65.033)</b>	<b>(72.916)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>		<b>(671.068)</b>	<b>(84.056)</b>	<b>(106.549)</b>	<b>(129.034)</b>	<b>(151.559)</b>	<b>(174.043)</b>

### **Risco de Recontratação (volume e preço)**

Até 31 de dezembro de 2015, quase toda a garantia física da Companhia foi vendida para a Eletropaulo com preço médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de R\$212,03/MWh. Esse contrato teve vencimento em 31 de dezembro de 2015 e, a partir dessa data, essa energia será vendida no ambiente de contratação regulado e/ou livre aos preços negociados de acordo com as condições de mercado vigentes à época. Portanto, a partir de 2016, a receita da Companhia estará diretamente ligada ao preço de recontratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE).

Em 2011, a Companhia definiu a estratégia para comercialização para a venda de energia após dezembro de 2015, com o objetivo de aumentar a base de clientes livres e ao mesmo tempo obter margens na comercialização, posicionando a Companhia como um importante agente no mercado livre.

A estratégia da Companhia é vender energia tanto no ambiente regulado quanto no livre para assegurar a receita da empresa em contratos de venda. Os preços de recontratação dependem do comportamento e das práticas de mercado e a estratégia de volume de contratação prevê uma reservada para proteção contra o risco hidrológico. A posição de contratação da carteira da Companhia é de 95% e 88%, com preços médios de R\$149/MWh e R\$150/MWh para 2016 e 2017, respectivamente.

Em dezembro de 2015 a Companhia participou do leilão de energia A-1, pelo qual firmou contratos de energia no ambiente regulado – CCEAR. Os referidos contratos têm prazo de duração de 3 anos, com preço médio de R\$142,00. A Companhia vendeu 90 MW médios, dos quais destacam-se 49,7 MWm para a

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Eletropaulo, empresa do mesmo grupo econômico. As condições contratuais são regulamentadas pela ANEEL.

**(c) Outros riscos**

**(c.1) Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico serão reembolsados pelo Poder Concedente, bem como aqueles realizados após a assinatura do contrato de concessão que não estiverem totalmente depreciados ao final da concessão.

**(c.2) Risco hidrológico**

A energia produzida pelas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é constituído por usinas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País. As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo ONS, que procura gerir o estoque de energia de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o País.

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerado pelas usinas hidrelétricas depende do índice pluviométrico (vazões) e do volume acumulado de água em seus reservatórios, que determinam o despacho otimizado do ONS. O SIN possibilita que toda energia gerada no sistema seja transmitida e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre as regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas.

De acordo com as regras do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o volume total de energia hidrelétrica gerada no País é alocado para cada usina hidroelétrica do SIN participante deste mecanismo, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física (ou energia assegurada). Essa alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE atinjam seus níveis de energia assegurada, independentemente da produção individual de cada planta. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantias física e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, designado “Energia Secundária”, é alocado proporcionalmente entre os geradores.

Da mesma forma, quando a geração de energia for inferior à garantia física total das usinas hidrelétricas do SIN, tal déficit também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do MRE, através do Generation Scaling Factor (GSF), efeito este conhecido como “Rebaixamento” da garantia física no MRE, podendo resultar

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

em exposições no mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Nas situações acima também pode ocorrer da alocação de energia no MRE se dar em um submercado distinto daquele onde a energia é gerada, o que pode ou não criar exposições à diferença entre o PLD dos submercados onde a usina se localiza e de origem da energia alocada. Tais exposições, sejam positivas ou negativas, estão sujeitas a um mecanismo de alívio financeiro e podem ser reduzidas ou eliminadas, dependendo da contabilização de curto prazo do mês em que se configurem.

Anualmente, no mês de dezembro, a Aneel estabelece os limites máximos e mínimos do PLD que vigorarão durante o ano seguinte. O PLD máximo é calculado com base no CVU mais elevado de uma Usina Termelétrica em operação comercial, a gás natural, contratada por meio de CCEAR. Para o cálculo do PLD mínimo consideram-se as estimativas de custos de geração da UHE Itaipu e os custos necessários para manter e operar os empreendimentos hidrelétricos, os encargos e a CFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Em 22 de dezembro de 2015, foi publicada a Resolução Homologatória nº. 2002/2015, que estabeleceu os limites máximo e mínimo do PLD, para o ano de 2016. O PLD mínimo foi estabelecido em R\$30,25/MWh, com base nos custos de operação das usinas cotistas, adicionado à CFURH. O PLD máximo, foi estabelecido em R\$422,56/MWh com base no Custo Variável Unitário (CVU) da usina termelétrica Mário Lago, determinada como térmica de referência.

Desde 2014, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido menor que as suas respectivas Garantias Físicas, resultando em GSF menor do que 1, que indica o nível de rebaixamento das Garantias Físicas para efeito da contabilização do mercado de curto prazo, em geral relacionado à hidrologia adversa e PLD elevado, implicando em significativo impacto econômico.

No início de 2016 ainda é esperado que o Operador Nacional do Sistema (ONS) mantenha a estratégia de preservação dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas, principalmente para replecionamento dos reservatórios do Nordeste, o qual enfrenta níveis críticos de armazenamento. Devido à boa hidrologia do período úmido em andamento, os níveis de reservatórios estão se recuperando e o PLD já alcançou o piso regulatório no submercado Sudeste/Centro-Oeste. Para 2016 a Companhia está comercializando 88% de sua energia no mercado livre através de contratos bilaterais e 7% no mercado regulado por meio de leilão público. Os 5% restantes total da garantia física constituem um hedge de proteção contra o risco hidrológico. Importante ressaltar que a margem comercial em 2016 poderá ser impactada principalmente pelo PLD e GSF.

A Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve em 1º de junho de 2015, liminar favorável a todas as geradoras elétricas abarcadas pela associação, entre elas a Companhia, que impede que o rebaixamento

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

hidrelétrico (GSF) seja alocado aos geradores detentores da liminar nas próximas liquidações financeiras da CCEE. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de mérito da ação é classificada como possível.

No entanto, o Ministério de Minas e Energia (MME) em 18 de agosto de 2015 publicou a medida provisória nº 688/2015 (MP 688/2015), convertida na Lei 13.203/2015, de 09 de dezembro de 2015, dispondo sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos geradores hidrelétricos. Em linhas gerais, existem duas possibilidades para a elegibilidade do gerador com base no seu ambiente de contratação de energia, ACL (Ambiente de Contratação Livre) ou ACR (Ambiente de Contratação Regulada). Em ambos os casos, é necessária a desistência dos geradores nas ações judiciais para assim requererem a repactuação do risco hidrológico.

A ANEEL através da audiência pública nº 32/2015 (AP032) obteve subsídios para estabelecer os critérios de anuência e condições de repactuação do risco hidrológico de usinas hidrelétricas participantes do MRE, descritos na Resolução Normativa ANEEL 684 de 11 de dezembro de 2015, nos termos da Lei 13.203/2015. A Companhia decidiu por não aderir à repactuação proposta por não considerá-la atrativa economicamente. Vale ressaltar que a liminar continua vigente e, caso a mesma seja cassada, a Companhia terá que desembolsar o montante de R\$ 208.175 (vide detalhes na nota explicativa nº 14).

**(c.3) Risco de aceleração de dívidas**

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia estava cumprindo os termos dos *covenants* (vide nota explicativa nº 16.5).

Caso a Companhia não consiga cumprir, com as cláusulas restritivas de seu contrato de debêntures e nota promissória, tais operações poderão ser vencidas antecipadamente, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

**(c.4) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil**

O Governo Federal poderá implementar alterações no regime fiscal que afetam a Companhia. Estas alterações podem incluir desde mudanças nas alíquotas até a cobrança de tributos temporários ou permanentes, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**(c.5) Risco de instabilidade cambial e econômica**

Instabilidade econômica

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

Instabilidade cambial

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.

A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia.

**(c.6) Risco de meio ambiente**

A instalação e operação de empreendimentos voltados à atividade de geração de energia elétrica, tais como as usinas hidrelétricas, utilizam recursos naturais e podem causar impactos ambientais.

A legislação ambiental brasileira em vigor estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores a sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais. A Companhia mantém o certificado do Sistema de Gestão Ambiental em ISO 14001, como resultado do conjunto de ações com vistas a mitigar os impactos ambientais de suas atividades, potencializar o cumprimento da legislação ambiental e incentivar a melhoria contínua de seus processos de controle. Além disso, todas as usinas possuem licenças ambientais de operação válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**(c.7) Risco de obrigação de expansão**

A Companhia possui uma obrigação, prevista em seu Edital de Privatização e Contrato de Compra e Venda de Ações, de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração, dentro do Estado de São Paulo, em pelo menos 15% (398 MW) no período de oito anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, cujo descumprimento poderá acarretar advertência, e/ou suspensão da participação da Companhia em licitações estaduais e, ainda, ação judicial como a movida pelo Governo do Estado de São Paulo. O detalhamento das ações judiciais relacionadas à obrigação de expansão está divulgado na nota explicativa nº 2.1.

**30 Seguros**

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	01/01/2016	01/01/2017	3.750.000
Vida em grupo	01/01/2016	01/01/2017	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.833
Responsabilidade Civil Geral	01/04/2015	01/04/2016	30.000
Frota veículos - RCF	01/04/2015	01/04/2016	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Riscos ambientais	01/04/2015	01/04/2016	10.000
Responsabilidade civil de administradores- D&O	01/04/2015	01/04/2016	100.000

O seguro de frota de veículos – RCF - é contratado individualmente pela Companhia. Para os demais seguros, a importância segurada é compartilhada com outras empresas do Grupo AES Brasil (co-seguradas). O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento a base de critério do rateio.

**31 Investimentos em meio ambiente**

Do total de gastos com meio ambiente em 2015, R\$14.929 foram registrados no resultado do exercício e R\$575 foram destinados a investimentos registrados como ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE.

Consolidado		
Investimentos em meio ambiente	2015	2014
Licenciamento e programas ambientais	11.212	10.843
Gestão Operacional	105	486
Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	1.054	1.083
Projetos de P&D	3.133	2.321
<b>Total</b>	<b>15.504</b>	<b>14.733</b>

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
**Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia segue num constante engajamento e responsabilidade com as questões ambientais e busca excelência e embasamento sólido para o planejamento de suas ações.

Em 2015, a Companhia manteve a certificação ISO 14001:2004 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001:2007 (Saúde e Segurança do Trabalho) no Sistema de Gestão Integrado, garantindo assim a padronização dos processos relacionados à Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente em todas as suas usinas. Além disso, todas as usinas possuem licenças ambientais de operação válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes.

O engajamento da Companhia na questão das mudanças climáticas tem sido crescente. Em 2015, manteve a publicação do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Registro Público de Emissões e a participação ativa no Sistema de Comércio de Emissões, uma das iniciativas da Fundação Getúlio Vargas – Empresas pelo Clima (EPC). Respondeu o relatório CDP *Climate Change* (Carbon Disclosure Project) e o Índice de Sustentabilidade (ISE) da BM&FBOVESPA, reportando informações relativas ao tema.

O Projeto MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) de reflorestamento obteve aprovação final das Nações Unidas quanto ao relatório de monitoramento e os créditos de carbono verificados no primeiro período do projeto (2001-2012) foram emitidos pelas Nações Unidas. A Companhia negociou aproximadamente 167 mil créditos de carbono com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento no início de 2014. O projeto é monitorado anualmente para acompanhamento dos créditos de carbono.

A Companhia desenvolve projetos que consolidam também seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da biodiversidade, sendo eles:

- (i) O programa de manejo de flora o qual garante a produção de 1 milhão de mudas de espécies arbóreas nativas em viveiro próprio, com sementes coletadas em matrizes selecionadas nas bacias hidrográficas onde seus reservatórios estão instalados, mantendo em média a variedade de 120 espécies distintas, garantindo a biodiversidade florestal;
- (ii) O programa de repovoamento dos reservatórios que tem como objetivo manter a biodiversidade da ictiofauna nos reservatórios, bem como garantir a continuidade da atividade pesqueira pelas comunidades ribeirinhas. Dessa forma, mantém uma meta anual de produção de 2,5 milhões de alevinos de espécies nativas do rio Tietê nas unidades de hidrobiologia e aquicultura, localizadas na Usina Hidroelétrica Promissão e na Usina Hidroelétrica Barra Bonita, promovendo a reprodução de seis espécies nativas (pacu-guaçu, curimatá, dourado, piranjuba, tabarana e piapara), observadas durante o período da piracema (movimento migratório dos peixes em retorno às nascentes), as quais vêm apresentando registros de recuperação da população nos reservatórios;

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) O programa de monitoramento da qualidade da água é essencial para o entendimento da estrutura e funcionamento desses ecossistemas aquáticos e das variações espaciais e temporais de longo prazo, buscando verificar a produtividade biológica dos reservatórios, estado trófico e a qualidade da água, através da avaliação das variações sazonais de parâmetros físicos, químicos e biológicos;
- (iv) O programa de monitoramento e conservação da fauna terrestre tem como objetivo caracterizar a fauna terrestre (mamíferos, aves, répteis e anfíbios), para a compreensão da situação atual, permitindo a avaliação das populações e do ecossistema.

O monitoramento e controle das bordas de reservatórios é realizado através de inspeções contínuas pela equipe técnica do Centro de Monitoramento de Reservatórios (CMR), sistema de detecção de mudanças através de imagens de satélite e aerofotogrametria. O processo de restauração das bordas dos reservatórios vem sendo realizada por meio de reflorestamentos e também pela remoção de ocupações irregulares. Critérios mais restritivos vêm sendo inseridos nos contratos de promessa e de uso de bordas de reservatórios, com base na legislação ambiental pertinente e ainda visando à prevenção de processos de degradação e poluição ambiental.

## **32 Compromissos**

---

A Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, e contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL. A Companhia possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de transmissão, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

A Companhia não possui garantias e utilização de limites de crédito financeiro em 31 de dezembro de 2015.

**AES TIETÊ ENERGIA S.A.**  
Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **33 Eventos subsequentes**

---

Em 4 de janeiro de 2016, a Companhia aderiu ao Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA e seus valores mobiliários passaram a ser negociados por meio de *Units*, sendo cada *Unit* formada por 4 (quatro) ações preferenciais e 1 (uma) ação ordinária. As ações preferenciais e ordinárias da Companhia tem direitos econômicos equivalentes. As *Units* encontram-se liberadas para negociação no Nível II de Governança Corporativa sob o código “**TIET11**” desde o pregão do dia 4 de janeiro de 2016, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 28 de dezembro de 2015.

Em razão da incorporação da AES Tietê pela Companhia, os investidores titulares de ações ordinárias ou preferenciais da AES Tietê receberam, ao final do pregão do dia 6 de janeiro de 2016, 1 (um) certificado de depósito de ações (“*Unit*”) para cada ação ordinária ou preferencial de emissão da AES Tietê de que eram titulares ao fim do pregão do dia 30 de dezembro de 2015, nos termos das normas aplicáveis da Central Depositária de Ativos da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBovespa”). Dessa forma, os investidores poderão visualizar as *Units* em suas respectivas carteiras de investimento a partir do dia 7 de janeiro de 2016. Cada *Unit* é composta por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais de emissão da Companhia.